



# Anais da Assembléia

Nº 26

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 07 DE ABRIL DE 1981.

ANO VII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 22ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 7 DE ABRIL DE 1981

TERÇA-FEIRA

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1981.

(a) ERONDY SILVÉRIO.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado em ata, voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Isaac de Andrade Modesto, ocorrido dia 03 de abril de 1981, aos 43 anos de idade, no Município de Mamborê.

Requer, outrossim, que se dê conhecimento a seus familiares através do endereço Via Mamborê-Juranda- Pr.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1981.

(a) JURANDIR MESSIAS.

## JUSTIFICATIVA:

Nascido em 04 de dezembro de 1938, Isaac de Andrade Modesto, filho de Antônio Rodrigues Modesto e Dona Marcionília Andrade Modesto.

Foi Sub-Delegado de Polícia do Distrito de Juranda durante 10 anos consecutivos onde obteve uma conduta exemplar.

Seu desaparecimento, aos 43 anos de idade, causou um profundo abalo nos meios sociais, bem como entre seus amigos e familiares, aos quais nos unimos consternados neste momento de tristeza e pesar.

## REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, REQUER a inserção de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido ontem, nesta Capital, do Professor JOÃO XAVIER VIANNA, ex-Deputado Estadual e um dos mais ilustres homens públicos deste Estado.

Em sua larga folha de serviços prestados ao Paraná, inscrevem-se o exercício do cargo de Secretário de Estado do Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, membro dirigente do valoroso Partido Republicano, a autoria de projetos que se converteram em sábias leis, a atuação da cátedra na Universidade Federal do Paraná, onde ajudou a formar inúmeras gerações de médicos, que hoje honram a profissão.

Homem dotado de fina sensibilidade, um autêntico cavalheiro no trato pessoal, desportista entusiasta e fiel, sempre aberto ao diálogo inteligente e elevado, o Professor JOÃO XAVIER VIANNA deixa desolada toda uma comunidade de amigos sinceros, tomados da maior tristeza pelo imenso vazio de sua ausência física.

Esta Casa, Sr. Presidente, quer por intermédio do subscrevente, se associar à dor dos seus familiares e dos seus amigos, registrando em ata esta manifestação de pesar.

Requer, ainda, que do presente seja dado conhecimento à digníssima família do Professor JOÃO XAVIER VIANNA.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1981.

(a) RENATO BUENO.

## PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N.º 25/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Alteração à Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1975, (Lei Orgânica dos Municípios).

Art. 1.º — Os incisos I e III, do artigo 52, da Lei Comple-

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Augusto Carneiro e Gabriel Sampaio.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Del Ciel, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Tavares, Juran-dir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer, Wilson Fortes. (56). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: José Domingos Scarpelini e Leônidas Chaves. (2).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

## REQUERIMENTOS:

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 112/79, de sua autoria, que estabelece como órgão representativo dos Jornalistas credenciados pela Assembléia Legislativa, o Comitê de Imprensa, e dá outras providências.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1981.

(a) AIRTON CORDEIRO.

### REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento ocorrido nesta Capital da Senhora Josefa A. Passos.

A extinta, exemplo de bondade, dignidade e honradez causou consternação nos meios sociais de nossa sociedade, que reconheciam as suas excepcionais qualidades.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado conhecimento ao Dr. Raul Passos, digníssimo Presidente do Esporte Clube Pinheiros de Curitiba.

mentar nº 02, de 18 de junho de 1975, passam a ter a seguinte redação.

I — por motivo de doença,

II — para tratar de interesses particulares, por prazo determinado, não podendo reassumir o exercício do mandato antes do término da licença.

Art. 2.º — O artigo 53 passa a ter a seguinte redação:

Nos casos de vaga ou licença, ou investidura em qualquer dos casos mencionados no artigo 57, dar-se-á a convocação do suplente.

Art. 3.º — O artigo 57 passa a ter a seguinte redação e acrescido de um parágrafo:

Não perde o mandato o vereador que se licenciar para exercer cargo em Comissão dos Governos Federal e Estadual ou de maior nível hierárquico nos órgãos da Prefeitura ou quando licenciado por período igual ou superior a cento e vinte dias, por motivo de doença ou para tratar de interesses particulares.

Parágrafo único — Convocar-se-á o suplente nos casos de vaga, de licença ou de investidura em funções previstas neste artigo. Não havendo suplente e tratando-se de vaga, far-se-á a eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1981.

(a) LINEU TURRA

#### JUSTIFICATIVA:

A emenda que ora apresentamos, visa fazer a adaptação ao texto da Lei Complementar número 02 à Emenda Constitucional número 13, de 10 de outubro de 1979.

A convocação do suplente do vereador, em qualquer caso, sempre se faz necessária para observância do quorum legal, por força do que dispõe a Lei Complementar número 02, no seu artigo 28 e respectivo parágrafo.

#### Projetos de Lei.

##### PROJETO DE LEI Nº 26/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — O Poder Executivo somente poderá fazer publicidade, em veículos de comunicação pertencentes à iniciativa privada particular, dos atos oficiais de divulgação obrigatória.

Art. 2.º — A publicidade de que trata o artigo anterior, dependerá de licitação, na forma do Decreto-Lei 200, e legislação complementar.

Art. 3.º — Qualquer autorização de publicidade que não se enquadre na permissão contida no art. 1.º desta lei, implica em crime de responsabilidade.

Art. 4.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1981.

(a) DARCY DEITOS

#### JUSTIFICATIVA:

A publicidade representa para o Poder Público um alto custo, o que onera grandemente seus cofres quando a mesma é feita indiscriminadamente e não voltada aos interesses da coletividade.

Estando hoje o Estado necessitando de inúmeros benefícios para o seu povo, não é justo o gasto com publicidade em detrimento de obras com caráter prioritário.

E, ainda, a publicidade oficial deve atender tão somente o interesse público, sendo condenável a sua manipulação como sistema de controle sobre a informação e a serviços de interesses particulares ou em proveito daqueles que porventura ocupam cargos públicos.

##### PROJETO DE LEI Nº 27/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “CRECHE MUNDINHO DA CRIANÇA TIA NAIR”, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1981.

(a) FUAD NACLI

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade, que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando há três anos relevantes serviços à comunidade curitibana, principalmente à população do bairro do Novo Mundo, referente ao atendimento da criança carente e necessitada.

Os estatutos da entidade que anexo encaminhamos, bem dizem das finalidades filantrópicas a que se destina, e que se coadunam com as exigências legais para que a mesma receba o reconhecimento público no âmbito estadual.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que, por certo, merecerá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

##### PROJETO DE LEI Nº 28/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA.

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA, DA TECNOLOGIA E DA CULTURA, com sede e foro em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 07 de abril de 1981.

(a) JOÃO MANSUR

#### JUSTIFICATIVA:

A entidade que ora se pretende declarar de utilidade pública, tem por finalidade promover cursos, simpósios, seminários, conferências, congressos e estudos que visem a melhoria do ensino e que contribuam para a maior capacitação técnica da comunidade; colaborar com pessoas jurídicas, instituições e órgãos públicos ou privados em programas administrativos, científicos e tecnológicos a serem estabelecidos pelas Unidades da Fundação.

Isto exposto, apresentamos o presente projeto de lei, esperando merecer o devido apoio dos nobres Pares e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está finda a leitura do expediente.

Esta Presidência registra com satisfação a presença, em nosso Plenário, do Deputado Fabiano Braga Côrtes, Secretário Chefe da Casa Civil do Governo e do Dr. Maurício Farah, Chefe de Gabinete da Casa Civil.

De acordo com entendimentos feitos com todas as Lideranças desta Casa, temos a satisfação de conceder a palavra, no Pequeno Expediente, ao Dr. Gilberto Geraldo Garbi, que fará uma exposição sobre a TELEPAR.

Com a palavra o Dr. Garbi.

O SR. GILBERTO GERALDO GARBI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Compareço hoje, aqui, com a maior satisfação, para pagar uma dívida antiga que faço questão de reconhecer desde o início.

Estamos na Presidência da TELEPAR há dois anos, e

sinto-me realmente acanhado em ter que confessar aqui, que se passaram dois anos sem que eu tivesse feito uma visita formal aos Srs., para relatar-lhes o que temos feito, o que esperamos fazer e, inclusive, ouvir dos Srs. aquilo que muito bem podem traduzir dos anseios da coletividade.

Então, faço questão de registrar inicialmente, o meu pedido de desculpas por esse atraso, e espero que os Srs. sejam suficientemente compreensivos para me relevar esta falha.

Na realidade, a nossa presença aqui é bastante breve e eu gostaria de traduzir em meia dúzia de números aquilo que a nossa empresa tem podido fazer e relatar o que é que pretendemos fazer neste ano.

Ao final do ano de 1978, a TELEPAR contava no Estado do Paraná, com cerca de 304 mil telefones funcionando em diversas localidades, cujo número vou mencionar.

No final do ano passado, chegamos a 495 — repito — então, passamos de 304 mil para 495, ou seja, fizemos, em dois anos, um acréscimo de cerca de 190 mil telefones na rede do Estado do Paraná.

Até o final deste ano, deveremos chegar a 575 mil telefones.

Para comparar o que significa esse acréscimo que foi obtido nestes dois anos, de cerca de 191 mil telefones, menciono aos Srs. que no período anterior, se pode fazer em quatro.

E faço questão de repetir, novamente, que nesta comparação, não vai qualquer desdouro à administração anterior, porque realmente ela faz tudo que foi possível, na época, para que a companhia crescesse, e realmente foi um trabalho muito bem feito.

Conto isso aos Srs., de que estamos conseguindo trabalhar numa velocidade praticamente o dobro do período anterior, pelo fato de que muitas pessoas podem ignorar que, apesar das dificuldades da conjuntura presente, as telecomunicações continuam crescendo muito no Brasil, ou seja, felizmente é uma satisfação dizer, as dificuldades da conjuntura têm afetado muito pouco a nossa Companhia. E estamos conseguindo crescer bastante, de maneira a atender os anseios da coletividade.

Em segundo lugar, gostaria de mencionar que, em dezembro de 1978, a TELEPAR atendia em todo o Estado, 409 localidades. Os Srs., subtraindo disto cerca de 297 municípios, a empresa, já no final de 78, estava atendendo mais de 112 localidades que não tinham o "status" de município.

Ao final de 1980, alcançamos a cifra de 576 localidades atendidas pela rede da TELEPAR.

O que significa dizer, em dois anos conseguimos agregar aos serviços telefônicos do Estado do Paraná cerca de 180 novas localidades, todas elas de pequena expressão populacional, mas nem por isso deixaram de ser lembradas pela Companhia e, principalmente, por isso talvez, foram lembradas pela Companhia.

Porque não somente os grandes centros econômicos merecem serviços de telecomunicações, mas também as pequenas comunidades onde se encontram as pessoas que mais necessitam de um auxílio urgente.

Ao final deste ano de 1981, deveremos atingir 700 localidades atingidas.

Repito que, em dezembro de 78, tínhamos 409 e atingiremos, ao final deste ano, cerca de 700 localidades, ou seja, teremos agregado, em três anos, aproximadamente 300 novas localidades na rede da TELEPAR, quase o dobro daquilo que tínhamos em dezembro de 78. Isso para demonstrar-lhes a atenção, o interesse que o Governo Federal, que é acionista majoritário da empresa e o Governo do Estado, que é, depois do Federal, o maior acionista da empresa, têm dedicado ao interior e às pequenas localidades.

Localidades com DDD, tínhamos, ao final de 78, 122. E já atingimos, no final de 80, 260 localidades, ou seja, em dois anos, mais do que duplicamos o número de localidades para-

naenses que têm acesso ao DDD.

E, ao final de 1981, teremos atingido 327 pontos do Estado com serviços de DDD, ou seja, um pouco menos do que o triplo do que tínhamos no final de 78.

Com relação à qualidade do serviço que procuramos, cada vez melhorar mais, de maneira a bem servir a nossa coletividade que paga um preço realmente difícil nos tempos atuais, onde a inflação tem sido inclemente, temos procurado fazer com que a qualidade dos serviços esteja à altura das tarifas pagas pela coletividade.

Diria, um único índice: as reclamações que recebíamos, em 78, sobre a qualidade do serviço que, nesse ano eram de 8,7 reclamações por grupo de 100 telefones por mês. Essas reclamações baixaram, ao final do ano passado, para apenas cinco reclamações para cada grupo de 100 telefones por mês.

Repito, conseguimos reduzir os defeitos, de maneira que as reclamações na empresa baixassem de 8,7 por cem telefones por mês - para cinco reclamações de 100 telefones por mês.

Isso, numa demonstração que procuramos atender cada vez melhor em termos de qualidade de serviços.

Finalmente, em termos de economia, de produtividade, a nossa empresa está consciente de que o esforço de combate à inflação, tem que ter início nas companhias ligadas ao Governo.

É do Governo que tem que dar o exemplo da poupança, da economia e da eficiência. Reconhecemos isso. E reconhecemos que, muitas vezes, vários dos Srs. podem tecer críticas a respeito das empresas estatais, e procuramos assim, em nossa Companhia, motivo para que essas críticas não existam.

Mostro aos Srs. o aumento que conseguimos ter, com o apoio do Governo do Estado, do Governo Federal, do Secretário do Interior e de muitos Deputados também, gostaria de mostrar o aumento de produtividade que conseguimos obter em nossa Empresa, neste período.

Em 1978, para operarmos mil telefones, a Empresa necessitava de 14,3 empregados. Repito, eram necessários, em dezembro de 78, 14,3 empregados, em média, para que fossem operados mil telefones.

Fechamos o ano de 1980, necessitando para operação do mesmo grupo de mil telefones, apenas 8,9 empregados, apenas, ou seja, tivemos um aumento de produtividade superior a 35 por cento.

Essa diminuição do índice de empregados por telefone não significa que tenhamos demitido empregados ou que tenhamos reduzido o nosso quadro.

Ao contrário, aumentamos em muito a quantidade de telefones em nossa empresa e passamos a operar essa quantidade muito maior de telefones, com o mesmo número de empregados, ou seja, fizemos com que cada empregado produzisse mais.

Este relato breve que faço aos Srs. e sobre o qual não vou me alongar, está espelhado no balanço da Empresa que é publicado hoje já nos jornais da capital, e cuja cópia terei oportunidade e satisfação de encaminhar a cada um dos Srs. e terei a satisfação de responder a qualquer um desses dados a qualquer momento, quando os Srs. desejarem em qualquer oportunidade, em meu gabinete ou no gabinete dos Srs. quando vier a ser convocado, se assim julgarem conveniente.

Desejo encerrar essas minhas palavras com duas mensagens: em primeiro lugar, reconhecemos e nem poderia ser diferente, em uma empresa ligada ao Governo e aos Srs., são os melhores porta-vozes da coletividade.

Os Srs. são as pessoas que estão em contato permanente com o cidadão comum, com o homem que vive no meio agrícola, com o homem que vive nas pequenas comunidades, com o homem que enfrenta as dificuldades do dia-a-dia. Os Srs. são, portanto, as pessoas que melhor podem refletir os anseios da coletividade paranaense.

E nós estamos, em nossa Companhia, conscientes disso e abertos e receptivos e permanentes à sua disposição, para atendê-los naquilo que estiver dentro de nossas possibilidades.

Fazemos questão de reconhecer que qualquer pleito dos Srs. Deputados, são pleitos que levaremos a sério e que procuraremos atender, porque sabemos que trazidos pelos Srs., refletem aquilo que de mais legítimo existe em matéria de anseio da população comum, do homem brasileiro por cujo padrão de vida devemos todos nós preocupar e zelar.

E a segunda mensagem é que nossa Companhia, por orientação do próprio Governo Federal, da TELEBRÁS, ela prima e preza antes de mais nada, pela solução dos problemas da coletividade de maneira que, ao tentarmos resolver algum problema que nos seja trazido, nós, antes de mais nada, analisamos a real necessidade que aquele grupo de pessoas tenha, independentemente das pessoas que estejam fazendo esses pleitos. O bem-comum, o anseio da coletividade se sobrepõe a qualquer outra coisa, de maneira que nos colocamos à disposição de todos os Srs. Deputados, independente das suas filiações partidárias, e teremos grande satisfação em recebê-los em nossa Casa, para atendê-los naquilo que for possível.

Encerro as minhas palavras, agradecendo a paciência em nos ouvir e me coloco à disposição, para qualquer pergunta se eventualmente existir.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Consulto à Presidência se há condição de diálogo com o ilustre Presidente?

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Perfeitamente.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Dr. Garbi, somos testemunhas do trabalho profícuo que Vossa Excelência tem feito frente à TELEPAR, mas, como bem Vossa Excelência ressaltou, somos os porta-vozes dos anseios da coletividade do Paraná e, dentre esses anseios, gostaria de dirimir, aproveitando esta presença tão honrosa para esta Casa, ter Vossa Excelência aqui hoje, algumas dúvidas.

A primeira delas, Dr. Garbi, é com relação se, após esse espantoso crescimento de atendimento que a TELEPAR vem dando ao Paraná, não só com relação ao número crescente de aparelhos instalados, como de cidades atendidas, se haverá condições, apesar e independente da inflação que assola este País, de haver dentro do serviço telefônico paranaense, um congelamento ou algo que o valha com relação às tarifas que também têm uma proporção dos terminais telefônicos, na mesma proporção das cidades atendidas, crescido assustadoramente.

E a segunda indagação, Dr. Garbi, é com relação eu não sei tecnicamente como é que chama esses três minutos, que já se tentou implantar uma vez, em termos de limite de chamada, para que novo impulso fosse registrado, venho perguntar a Vossa Excelência se a TELEPAR estuda a implantação desse sistema?

E ao mesmo tempo, faço um apelo a Vossa Excelência, em nome das comunidades do interior do Paraná onde represento, e tenho a impressão que aqui falo por grande número de Deputados, se não há condições de não implantarmos esse sistema que vai de uma forma direta e imediata, encarecer ainda mais o bom excelente, mas caríssimo serviço telefônico do Paraná.

O SR. GILBERTO GARBI — É uma satisfação responder às suas perguntas.

Em primeiro lugar, com relação à possibilidade de um congelamento de tarifas. Reconhecemos que o custo de vida e seria tolice de nossa parte deixar de reconhecer uma evidência tão flagrante que é a dificuldade que o custo de vida hoje impõe à maioria dos cidadãos. Reconhecemos isso.

Infelizmente, num regime inflacionário da ordem de 100, 110 por cento, uma empresa como a nossa, que se expande com

um investimento na ordem de 10 ou 12 bilhões de cruzeiros todos os anos e que precisa obter esses recursos também, através de financiamentos junto a bancos particulares ou bancos governamentais. Uma empresa como a nossa ela é afetada pela inflação e isso deve ser refletivo nos aumentos tarifários.

O Governo Federal, ele compreende que um congelamento tarifário, inviabilizaria o crescimento das companhias telefônicas e não só das companhias telefônicas mas, também, das companhias de eletricidade ou das companhias de água e saneamento de todas as empresas ligadas a serviços públicos. O que o Governo Federal está fazendo, é conceder reajustes tarifários em índices inferiores à inflação. Então, realmente, o Governo Federal está nos forçando, empresas ligadas ao Governo, ligada ao serviço público, a absorver uma proporção digamos de 20 ou 30% do índice inflacionário ocorrido no período. Eu posso dizer a Vossa Excelência, que no ano passado, numa época em que a inflação acumulada no ano, atingiu a ordem de 110% pelo menos, as tarifas telefônicas aumentaram em todo o Brasil e em particular em nossa empresa, cumulativamente em apenas 62%.

Nós gostaríamos muito, de que esse aumento tivesse sido apenas de 10, 20 ou 30%. Mas nós também temos compromisso com bancos, com fabricantes, com empreiteiros e felizmente graças a Deus, tenho a satisfação de dizer aos Senhores que a nossa empresa não deve um centavo a um só fornecedor, coisa que nem todas as empresas estatais podem dizer. Então, concordo com Vossa Excelência e nem seria possível discordar, que nós deveremos fazer o possível para que as tarifas sejam as mais baixas ao público. Mas, não está ao nosso alcance com um simples congelamento, estamos subindo as tarifas menos do que sobe a inflação.

Mas ainda complementando este aspecto das tarifas, eu diria a Vossa Excelência, lembraria a Vossa Excelência, que no sentido de facilitar as comunicações do cidadão comum, do homem de menos renda, a TELEPAR, pioneiramente em todo o Brasil no ano de 1979, criou o plano 88, o famoso plano que a partir das oito da noite às oito da manhã, as ligações interurbanas têm um desconto de 50%. Nós tivemos muita receptividade, o público gostou muito disso e as comunicações se intensificaram muito neste horário, facilitando a vida daquelas pessoas que precisam se comunicar e que tem uma renda mais modesta.

A segunda parte da pergunta de Vossa Excelência, é relativa ao impulso a partir dos três minutos. Inicialmente mencionaria que não são três minutos, serão quatro minutos, é uma pequena diferença mas, sensível. Em segundo lugar, Curitiba e São Paulo, são as duas únicas capitais brasileiras que não têm esse sistema de tarifação, já definido pelo Governo Federal em 1979, como necessário a todas as capitais. E nós fizemos o possível para postergar a implantação disso, mas, Porto Alegre já implantou, Rio de Janeiro implantou há questão de um mês atrás. Belo Horizonte no fim do ano passado, Brasília em meados do ano passado. Salvador, Recife, todas estas cidades já têm este sistema. Manaus, Belém... Restam apenas no Brasil duas cidades: São Paulo e Curitiba.

Procurei resistir a esta idéia porque sei que não é simpática e tudo aquilo que vem onerar a população não é simpático. Realmente, não é nosso objetivo.

Mas São Paulo decidiu implantar o sistema a partir de julho e nós seremos forçados também a implantá-lo, para nos homogenizar a uma diretriz governamental, já saída em 1979, cuja implantação postergamos tanto quanto possível.

Esclareço a Vossa Excelência, serão quatro minutos. Segundo lugar, este sistema prevalecerá apenas durante o horário comercial, das oito da noite às oito da manhã, não haverá contagem de tempo no sentido de fazer com que o cidadão comum, aquele que usa o telefone para contatos familiares etc., que o faça num horário de menos congestionamento e, em conse-

quência, pague bem menos.

Estamos tomando todas as providências para não onerar o bolso da coletividade. Espero ter respondido a sua pergunta e, se não fui claro, me coloco à sua disposição.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Dr. Garbi, só para esclarecer, já que foi postergado, como Vossa Excelência bem definiu, juntamente com São Paulo, evidentemente então que não há, através da decisão do Governo Federal, um prazo definido para esta implantação?

O SR. GILBERTO GARBI — Há um prazo. Foi de vinte e quatro meses.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Este prazo, quando?

O SR. GILBERTO GARBI — Este prazo, aqui de memória talvez cometa algum lapso, mas é em torno de setembro deste ano.

O SR. GABRIEL SAMPAIO — Pediria, Dr. Garbi, em primeira mão, que postergasse, que deixasse para o último minuto do último dia e nós iremos nesta Casa aqui também fazer um trabalho político, a nível de Governo, para que isto seja talvez alterado futuramente, em defesa da população que já com estes aumentos, como Vossa Excelência bem definiu, estão ficando insuportáveis, a população ter um serviço de comunicação através de telefone. Então pediria a Vossa Excelência que deixasse isto para o último dia para que se desse tempo a esta Casa de politicamente se organizar, para que possamos ir ao Governo Federal tentar a modificação deste decreto.

O SR. GILBERTO GARBI — Pois não. Acrescentaria apenas uma coisa a título de esclarecimento, se Vossa Excelência me permite, é que a duração média das chamadas telefônicas hoje em Curitiba é de dois minutos e meio, de maneira que poucas pessoas seriam atingidas por isto.

Não estou tentando amenizar a dificuldade, mas apenas esclareço que não seria a maioria da coletividade atingida por esta providência.

O SR. GABRIEL SAMPIO — Agradeço a Vossa Excelência. Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — Dr. Garbi, Vossa Excelência traz a esta Casa e é a primeira vez que temos a oportunidade de falarmos diretamente, inserida na sua explanação, uma referência à ferida antiga de todo o povo paranaense, quando esta Casa inteira reclamou contra a desparanização da TELEPAR...

O SR. GILBERTO GARBI — Perdão, o Sr. me permite, reclamou contra? Não ouvi a palavra.

O SR. DENI SCHWARTZ — A desparanização da TELEPAR, quando o comando acionário da mesma passou para as mãos da TELEBRÁS. Agora Vossa Excelência parece que vem confirmar as preocupações desta Casa quando assim se manifestava. Pois contrariamente aos dados da TELEPAR, que considero sérios, temos os dados do IPARDES que também são sérios, que demonstram que no Paraná, e em Curitiba especialmente, os serviços públicos são se não o maior, um dos maiores responsáveis pelo índice inflacionário no nosso Estado. Provavelmente a TELEPAR, pelos seus dados, não o é. Mas se somarmos a COPEL, SANEPAR, enfim os serviços públicos, estamos vivendo num Estado em que a inflação tem como componente muito importante os serviços públicos.

Agora Vossa Excelência ao responder ao nobre Deputado Gabriel Sampaio, mostra que esta Casa tinha razão quando gritava para que não se entregasse a TELEPAR ao Governo da União; mesmo porque pela sequência e Vossa Excelência tem tido a felicidade de ser Diretor há algum tempo já, portanto a TELEPAR não começou em 78, começou nos idos de 60, a sequência de crescimento da TELEPAR nada mais demonstra do que na TELEPAR se tem investido muito e eu reconheço, inclusive no Governo anterior. Se o senhor tivesse iniciado em 68, estava pagando uma estrutura que permitiu imediatamente ampliar 191 novos telefones, porque a infra-estrutura estava fei-

ta.

O que se dizia na Assembléia é que nós já com toda aquela infra-estrutura da TELEPAR, nós dali para a frente, o Paraná só teria vantagens. Agora Vossa Excelência diz aqui que a União está a impor uma medida para ficar igual às demais capitais, às demais regiões do País, impondo uma medida que será ruim para o contribuinte paranaense. Então a pergunta que vos faço, até para esclarecer ou para confirmarmos ou não aquele nosso temor de alguns anos atrás, quando se entregou o comando acionário à União, se isso não foi um péssimo negócio. Já que àquela época, com mais alguma coisa, a TELEPAR teria sido eminentemente paranaense e hoje sob o comando totalmente paranaense, talvez com condições de ter tarifas, que não as obrigatórias pela União. A União estaria tirando do Paraná, recursos, através de tarifas, para aplicar em outras regiões do Brasil?

O SR. GERALDO GARBI — Deputado, a sua pergunta é muito boa, pela oportunidade que ela nos dá de esclarecer este aspecto. Talvez na minha inexperiência de me comunicar com um Plenário como este, eu possa ter sido infeliz na forma de ter transmitido a decisão do Governo Federal, de estabelecer uma política tarifária e ter dado esta idéia de que houve uma imposição do Governo Federal etc.. Se dei esta imagem, peço desculpas porque não se trata disso. Na realidade, as tarifas telefônicas, são definidas pelo poder concedente, por uma medida, constitucional, independentemente de quem seja o controlador da Companhia Telefônica.

Se a TELEPAR fosse uma companhia estadual, ou uma companhia particular, de minha propriedade, ou da propriedade de Vossa Excelência ou como ela é, uma companhia, cujo controle acionário pertence ao Governo Federal, a política tarifária seria a mesma. A definição de tarifas, ela obedece uma série de critérios políticos e econômicos do Governo Federal e não está vinculada a quem seja o controlador. Sob este aspecto então esclareço a Vossa Excelência que não haveria diferença em estar o Estado do Paraná detentor ainda do controle acionário da TELEPAR.

Esclareço ainda mais, a única empresa de âmbito estadual, que não está sob o controle do Governo Federal, é a companhia do Rio Grande do Sul, e lá no Rio Grande do Sul já está implantado este sistema de multimediação.

Veja Vossa Excelência que então não há diferença em o controle estar sob a jurisdição do Governo Federal, ou do Governo Estadual.

Eu só termino a resposta e já encerro.

Em segundo lugar, ainda complementando rapidamente a pergunta de Vossa Excelência, os recursos que o Governo Federal, através da TELEBRÁS investiu na TELEPAR, desde a companhia teve seu controle acionário, transferido para o Governo Federal, ou seja, em 1965, ultrapassam em valores corrigidos nove a dez bilhões de cruzeiros. Uma quantia muito grande e que o Governo do Estado fez muito bem em não investir na TELEPAR, porque ele teria coisas mais prioritárias a fazer, já que o Governo Federal, investiria de qualquer maneira na TELEPAR. Em síntese: tarifas não dependeriam de ser ou não o Governo do Estado, o acionista majoritário.

Em segundo lugar, em termos de investimento o Paraná ganhou muito pelo Governo Federal estar investindo na TELEPAR. Deputado, peço desculpas por ter ultrapassado o tempo.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Esta Presidência, em nome da Casa, agradece...

O SR. MÁRIO CELSO — (Pela ordem). Gostaria que ficasse nos Anais da Casa, que eu gostaria de fazer algumas perguntas, mas, em virtude do tempo estar esgotado, vou deixar de fazer, e, oportunamente farei, através de expediente da Casa. Porque, amanhã ou depois, alguém poderia dizer que o Presidente da TELEPAR esteve aqui na Assembléia, e que não foi indagado deste ou daquele assunto.

Então, eu tenho algumas indagações a fazer, mas, infeliz-

mente, devido ao tempo, não vou fazê-lo.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, dada a importância da TELEPAR na vida do paranaense, e dado os interesses que envolvem o serviço de telefonia e também dada a segurança com que o Presidente da Companhia TELEPAR está se havendo nesta exposição que está fazendo à Casa, e como há o desejo manifesto de alguns Senhores Deputados de fazer perguntas, inquirir o Presidente da TELEPAR, eu consultaria a Vossa Excelência se, de comum acordo com as Lideranças, não seria possível a prorrogação do tempo concedido ao Dr. Garbi, para que ele respondesse perguntas que precisam ser feitas e que têm que haver respostas concretas, porque as perguntas sempre são de interesse da população paranaense, e as respostas devem ser concretas, também no interesse da administração pública.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta às Lideranças da Casa, sobre as propostas feitas pelo Líder do PDS.

Se todos estiverem de acordo...

O SR. DENI SCHWARTZ — (Em nome do PMDB, estamos de acordo).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Então continua com a palavra o Dr. Gilberto Garbi, por mais 30 minutos, ocupando o horário do Grande Expediente. E os Srs. Deputados poderão continuar a fazer as perguntas.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Eu apenas gostaria de registrar que há três sessões estou inscrito para falar no Grande Expediente, Sr. Presidente, e eu que sou o orador inscrito, não estou tendo o direito, sequer, de ser consultado se cedo o meu horário. Eu tenho assunto importante tanto quanto o do Dr. Garbi para tratar nesta Casa, para discorrer aqui hoje. Portanto, da minha parte, não abro mão de meu horário.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência consultou às Lideranças, e houve aquiescência. Com a palavra, em questão de ordem, ao Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Nós entendemos que evidentemente é necessário que pessoas prestativas e ilustres como o Presidente da TELEPAR venham a esta Casa, debater, prestar contas, porque eu, pessoalmente, entendo que a TELEPAR é a principal empresa estatal do Paraná, em prestação de serviços.

Agora, o problema é que, como levantou o Deputado Tavares, já há quase uma semana que esta Casa não debate, que esta Casa não vota.

Então, que se determinasse determinados períodos que não implicassem no cancelamento da sessão, da continuidade normal do Grande Expediente, de Lideranças, do Pequeno Expediente. Porque a continuar, — parece-me que esta Casa está emperrada, Sr. Presidente, — a continuar desta maneira, veremos os inimigos dos parlamentos levantarem as vozes cada vez mais, desmoralizando ainda mais os parlamentos brasileiros. Fica o nosso protesto pessoal, e agradecendo, antes de tudo, a presença simpaticíssima do Presidente da TELEPAR em trazer esclarecimentos, mas, desde que isso não implique num cancelamento de uma programação normal desta Casa de Leis.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — (Pela ordem) Eu proponho, para que não haja quebra no trabalho normal desta Casa, e para que esta Casa realmente se transforme num fórum de debates de assuntos importantes do Paraná, como hoje nós estamos verificando, com a presença ilustre do Presidente Gilberto Garbi, debatendo um assunto de fundamental importância para a vida do Paraná, que é a comunicação no Paraná, eu proponho que esta sessão seja prorrogada para dar oportunidade não só a que o Presidente Garbi esclareça todos os pontos duvidosos da sua exposição, ou da atuação da TELEPAR no Paraná, mas, também, para que depois os ilustres parlamentares que desejem ocupar as suas tribunas, possa fazê-lo sem nenhum constrangimento.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem) Sr. Presidente,

Srs. Deputados.

Primeiramente, entendo como profundamente louvável a disposição do Presidente da TELEPAR em vir debater, com os Srs. Deputados, os problemas da comunicação de nosso Estado. Como também entendo que houve uma deliberação das Lideranças partidárias, no sentido de que esta sessão seja atípica e que se permita a continuidade deste debate.

Eu, inclusive, tenho um posicionamento diverso do que foi adotado. Porque entendo que este debate deveria ocorrer numa das Comissões Técnicas da Casa, não neste plenário.

Desde que, no entanto, se adotou a prática de convidar o Sr. Presidente da TELEPAR para vir a este plenário, e desde que S. Senhoria, muito democrática e deliberadamente aqui veio, acredito que seria, no mínimo, uma deferência da Casa, para que pudéssemos continuar este tipo de diálogo. Mesmo porque estamos respaldados na decisão das Lideranças partidárias que compõem esta Casa.

Se isto não for possível, Sr. Presidente, confesso que tenho indagações a fazer a Sua Senhoria. Deixo aqui, como proposta, que se formule um convite ao Dr. Garbi para que venha com o tempo disponível, discutir com os Srs. Parlamentares, os problemas das telecomunicações em nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa esclarece que o Dr. Garbi não fora convidado. Sua Senhoria, espontaneamente, se dispôs a comparecer a esta Casa...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Mais valor ainda, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — ... e esta Presidência, na oportunidade, consultou todas as Lideranças da Casa para que se reservasse o horário do Pequeno Expediente, para que o Dr. Garbi pudesse fazer sua explanação.

Em razão da manifestação das Lideranças, continua com a palavra o Dr. Garbi.

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela ordem) Sr. Presidente, consulto Vossa Excelência. Este Deputado terá o direito de usar o horário do Grande Expediente ou não. Porque, tenho assunto sério, importante, e que deve, no meu entendimento, ser discutido hoje, não amanhã. Que deveria ter sido discutido quinta, sexta, ontem, e não hoje. Porque, em que pese o respeito, a admiração que tenho pelo Dr. Garbi, entendendo também que Sua Senhoria vem de livre e espontânea vontade, discutir nesta Casa, e ser esse um assunto importante, mas quero, invocar um direito que acho que tenho, como Deputado, de usar, pelo menos, usar o horário, para o qual me inscrevi previamente.

Obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — (Pela ordem) Sr. Presidente da TELEPAR, quero deixar bem claro que talvez Vossa Senhoria tenha sido o pingô d'água. Porque, há uma semana que se bloqueiam votações e desaguou tudo hoje. Votações há mais de 20 dias. Talvez Vossa Senhoria não tenha conhecimento. Mas, repito, é uma satisfação tê-lo aqui, porque a TELEPAR é, para mim, o órgão estatal de melhor prestação de serviços do Estado.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO GARBI — Sr. Presidente, se Vossa Excelência me permitir, diria duas palavras, fico constrangido ao sentir que perturbei um pouco, involuntariamente, o andamento dos trabalhos desta Casa.

Acho que a minha presença aqui não é urgente. Poderei vir aqui quantas vezes Vossas Excelências assim o determinarem, com a maior satisfação, para responder a todas as perguntas.

Minha Companhia está a 660 metros desta Casa. E para mim é uma coisa muito simples vir aqui atendê-los e responder tanto em plenário, como particularmente.

Acredito que se assim Vossas Excelências julgarem conveniente, poderia me retirar para que houvesse continuidade dos trabalhos e voltarei quando Vossas Excelências determinarem, quantas vezes necessárias, para qualquer tipo de pergunta que



estiver ao meu alcance.

Muito obrigado.

O SR. DENI SCHWARTZ — (Pela ordem) Sr. Presidente, há uma proposta do Deputado Luiz Alberto de Oliveira para se prorrogar a sessão.

Acho que não há razão alguma, já que foi aberto um precedente, uma vez que o Regimento Interno prevê que não se pode ceder — houve apenas um caso, nesta Casa — em que um não Deputado usou essa tribuna.

Portanto, é a segunda vez que alguém usa a tribuna durante a sessão. Eu acho que aberto esse precedente num acordo das lideranças, há que se prorrogar a sessão, achando um jeito, afinal de contas, é uma deferência toda especial do Dr. Garbi, estar aqui.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, conhecemos o Regimento, como toda a Casa, e sabemos que o Horário de Expediente é improrrogável e também assiste razão ao nobre Deputado José Tavares.

Entretanto, dada a segurança com que está se conduzindo o Presidente da TELEPAR, e está mesmo à disposição da Oposição, principalmente da Bancada de Oposição para responder todas as dúvidas relacionadas à TELEPAR, nestas condições, Sr. Presidente, eu cedo o horário da Liderança do PDS, que são 15 minutos, ao Presidente da TELEPAR e Vossa Excelência dará continuidade normal à sessão.

O SR. FIORI LUIZ — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Desculpe a insistência nobre Presidente, mas eu gostaria que o exemplo do Presidente da TELEPAR, fosse seguido por outros homens do Governo, por determinados Secretários que, quando convocados, viessem também a esta Casa como veio o Presidente da TELEPAR, que respondesse os pedidos de informações; que o Secretário da Educação viesse aqui para falar sobre o problema de professores; o Secretário de Segurança, sobre a corrupção e os desmandos neste Estado.

Parabenizo a espontaneidade e a liberalidade do Presidente da TELEPAR.

Que este exemplo fosse seguido pelos Secretários e por outros homens do Governo Ney Braga nesse Estado do Paraná, vindo aqui também prestar contas das suas atividades.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Vossa Excelência dá a palavra para uma questão de ordem para o Deputado fazer um verdadeiro libelo contra o Governo? É anti-regimental a questão de ordem levantada pelo nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência concede mais 15 minutos do horário da Liderança do PDS, ao Dr. Garbi, sem prejuízo das demais inscrições no Grande Expediente.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, eu tenho uma pergunta a fazer.

Dr. Garbi, uma das reivindicações mais freqüentes nos últimos anos na região metropolitana de Curitiba, é sobre a tarifa única para os municípios que compõem a região metropolitana da Capital.

Hoje, uma ligação de um município como São José dos Pinhais ou como Araucária, ou como Colombo para a Capital, significa uma tarifa de ligação interurbana. A distância física é tão pequena, que na verdade não há como se justificar isso, sequer comercialmente.

Pergunto então ao Presidente da TELEPAR, quais são os

planos da empresa nesta área e se realmente nós seremos atendidos na reivindicação de há muito já formulada junto ao Governo do Estado e junto à TELEBRÁS para que tenhamos a unificação da tarifa telefônica para os municípios da região metropolitana de Curitiba?

O SR. GILBERTO GARBI — Deputado, a pergunta de Vossa

Excelência é extremamente oportuna, porque nós realmente decidimos há pouco tempo, e já estamos começando a divulgar isso. Ontem ainda num programa de rádio eu mencionei que este pleito que Vossa Excelência manifestou, traduzindo os anseios da população toda da região metropolitana de Curitiba, será atendido a partir de julho deste ano, ou seja, daqui a três meses ou seja, as tarifas telefônicas serão unificadas na região metropolitana de Curitiba e qualquer chamada entre São José dos Pinhais e Curitiba, Campo Largo e Curitiba, Colombo e Curitiba, Araucária e Curitiba e vice-versa e entre elas e todas as que estão incluídas na definição da região metropolitana de Curitiba, serão chamadas locais. O cliente não mais pagará interurbano como vem fazendo até agora.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado e parabéns pela iniciativa.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, solicito de Vossa Excelência, uma resposta.

Vossa Excelência citou o problema da aceleração do ritmo de trabalho, novos investimentos por parte da TELEPAR. Naturalmente e principalmente numa época em que se fala de eleições, é claro que o Governo vai estar mais do que nunca interessado também, nessa aceleração do ritmo dos trabalhos. Eu perguntaria se isso não vai provocar novos recursos. A TELEPAR vai ter que ter novos investimentos para poder naturalmente acelerar o ritmo de trabalho. Não vai acarretar isso em consequência desastrosa para o usuário, porque ao que me consta, não vai existir um dimensionamento desse trabalho de acordo com os recursos levantados, parece que a TELEPAR vai ser exigida, naturalmente, vai ter que captar novos investimentos e nós já sentimos inclusive, que o aumento vai ser trimestral. Quer dizer, parece que na base de 20% o aumento trimestral desta tarifa, conseqüentemente, vai gerar um aumento na base de 102% ao ano, muito mais do que a própria inflação. Isso aí não vai naturalmente, mais uma vez, resultar em dano para o bolso do usuário?

O SR. GILBERTO GARBI — Eu respondo com satisfação Deputado.

Em primeiro lugar, as alterações tarifárias, elas independem da velocidade de expansão das companhias. A TELEPAR hoje, felizmente, é a empresa que mais cresce no Brasil telefonicamente. Nós crescemos o ano passado 32%, a maior taxa de expansão, houve empresas que cresceram 3 ou 4% apenas. No entanto, as correções tarifárias foram as mesmas, as tarifas são unificadas no Brasil, o preço do serviço telefônico é o mesmo em todo o Brasil, independe da velocidade de crescimento.

Em segundo lugar, as correções tarifárias embora trimestrais, eu tenho certeza, asseguro aos Senhores que elas não cobrirão a desvalorização da moeda, embora correções trimestrais, os percentuais serão tais que cumulativamente eles não alcançarão o aumento do custo de vida. E é uma política que o Governo Federal define e muito acertadamente, de fazer com que as empresas estatais absorvam uma parte da inflação e não repassem ao consumidor final, todo o aumento do custo de vida. É muito bem, isso faz com que os administradores das empresas do Governo procurem ser mais eficientes, mais econômicos, mais austeros, é muito bom.

Então, a correção tarifária não cobrirá a desvalorização da moeda. Em terceiro lugar, a velocidade de expansão que a TELEPAR está mantendo, é uma velocidade muito bem calculada do ponto de vista econômico, ela não implicará em endividamento excessivo da empresa e se fosse implicar, nós não cresceríamos tanto. Apenas para ilustrar, neste ano de 1981, a

TELEPAR vai investir 8 bilhões de cruzeiros, destes 8 bilhões, nós temos 6 bilhões gerados pela rentabilidade da companhia, pela captação de auto-financiamento, pela venda do serviço telefônico e apenas 2 bilhões ou seja, apenas 25% do total dos investimentos, é que serão captados através de empréstimos. Ou seja, a TELEPAR é uma empresa que dosa muito bem o seu endividamento para não entrar em dificuldades como a gente vê por aí.

O SR. MÁRIO CELSO — Só finalizando. Eu tenho em mãos uma fatura do Serviço de Telecomunicações, há questão de um ano atrás, um ano e pouco, no verso desta fatura existia uma relação das percentagens, das tarifas cobradas. Percentagem sobre impulso, sobre o Fundo Nacional de Telecomunicações enfim, algo que realmente dava condição a que o usuário pudesse tirar dali, uma conclusão daquilo que ele estava pagando, ele sabia realmente o que estava pagando. E eu quando era Vereador na Câmara Municipal de Curitiba, fiz uma denúncia a esse respeito e conseguimos inclusive, levantar o problema segundo a informação do Presidente na época, houve um erro de impressão, é o que foi registrado na época.

Eu perguntaria: por que houve essa alteração no verso? Hoje nós não vemos mais estas percentagens, hoje estão apenas os Códigos de Serviço.

O SR. GILBERTO GARBI — As alterações tarifárias elas são imprevisíveis. Atualmente, nós já estamos sabendo que elas ocorrem de 3 em 3 meses. Mas, até ao passado nós não sabíamos e às vezes o Governo decidia uma tarifa para agosto ou para setembro, quando o Governo julgasse conveniente. Essas contas telefônicas, elas são impressas em grandes escalas para depois entrarem no computador e serem emitidas mensalmente. Então, muitas vezes, nós éramos forçados a comprar um volume de contas, o Governo mudava as tarifas e o verso deixava de ter validade, ele continha uma informação errada.

Então, a TELEPAR retirou essas informações do verso, mas agora ela publica um livretinho que vai anexo à conta telefônica do mês onde houve aumento tarifário. Nesse mês Vossa Excelência e os demais clientes da empresa, receberão junto com a conta um livretinho contendo essas informações. Quando esse livretinho for superado por nova alteração tarifária, Vossa Excelência receberá um novo livretinho. Mas sempre, fazemos questão de que o cliente saiba o que ele está pagando.

O SR. LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA — Vossa Excelência me concede uma pergunta, por gentileza? (Assentimento)

Presidente Garbi, gostaria de fazer três colocações a Vossa Senhoria que ilustra esta Casa com sua presença.

A primeira é com relação a instalação de monocanais nas diversas sedes dos distritos, dos municípios do Paraná. Creio que este é realmente um programa de alto alcance social, de alto significado para o desenvolvimento do setor de telecomunicações do Estado e que vai possibilitar reais benefícios à gente paranaense, onde quer que se encontre.

Gostaria de saber como é que anda o programa que a TELEPAR já iniciou a respeito de instalação de monocanais nos distritos paranaenses.

A segunda colocação Vossa Senhoria fizesse à Casa, é a respeito da possibilidade da TELEPAR ingressar mais efetivamente no programa de telefonia rural.

E a terceira colocação, Presidente Garbi, é a respeito do setor tecnológico da TELEPAR. Sabemos que nestes últimos anos o Brasil realmente transformou-se no setor de telecomunicações. Temos a nível de TELEPAR, empresa paranaense, um alto centro de estudo tecnológico para conquistarmos a independência tecnológica neste setor tão importante da vida nacional?

O SR. GILBERTO GARBI — Deputado, em primeiro lugar, o Programa de Monocanais, que visa integrar a rede telefônica do Estado às pequenas comunidades que não tenham nem o "status" de distritos, ou que não tenham "status" de

municípios, este programa vai indo muito bem, felizmente, com a colaboração dos Deputados e dos Prefeitos.

No ano passado, instalamos aproximadamente cem monocanais, mais ou menos cem cidades que foram agregadas à nossa planta. Este ano agregaremos de 100 a 120 novas localidades. Podemos já assegurar que até o final deste período de Governo todos os distritos do Estado do Paraná estarão com serviço telefônico. Vai ser o primeiro Estado a conseguir este feito no Brasil.

Em segundo lugar, a telefonia rural também está caminhando, não com a velocidade que gostaríamos, mas com a velocidade que podemos. Estamos integrando fazendas, cooperativas, indústrias no meio rural, e embora tenhamos ainda que cobrar dos assinantes o orçamento relativo à extensão da rede até suas instalações, suas fazendas, podemos pelo menos dizer que somos o único Estado do Brasil onde qualquer usuário do meio rural, se ele pedir um telefone e pagar o orçamento ele terá; porque na maioria dos Estados nem mesmo pagando este serviço rural é obtido.

Em terceiro lugar, com relação a tecnologia. Tecnologia, pesquisa e desenvolvimento de equipamentos modernos, eletrônicos etc., é um programa de altíssimo investimento. O Brasil investe hoje na ordem de um bilhão de cruzeiros novos em pesquisa de desenvolvimento de equipamentos de telecomunicações. Isto está centralizado num grande núcleo de pesquisa controlado pela TELEBRÁS. A TELEPAR e as diversas empresas participam destes desenvolvimentos através de seus engenheiros, seus técnicos, mas o investimento maciço é feito pela TELEBRÁS.

O SR. FIORI LUIZ — Presidente, para concluir, rapidamente. (Assentimento).

Sabemos, Presidente Garbi, que neste regime político repressivo que a sociedade brasileira vive, determinadas pessoas, aquelas mais contestadoras, evidentemente, sofrem de determinados tipos de censura em vários níveis. No caso específico de uma pessoa ter como se diz, nos meios repressivos, o seu telefone "grampeado" ou censurado, esta pessoa recorrerá a quem, Sr. Presidente?

O SR. GILBERTO GARBI — Deputado, esta é uma pergunta para mim difícil de responder. Estou na Presidência da TELEPAR há dois anos, jamais tive qualquer notícia disto em minha companhia, jamais tive qualquer pedido a respeito disto. Acho que na hipótese que a mim não cabe julgar, a possibilidade de existir ou não, mas estou respondendo teoricamente uma pergunta que Vossa Excelência me faz, isto é uma coisa vedada pela Constituição e para isto temos um Poder Judiciário aqui no País. É a única resposta que posso lhe dar. Asseguro-lhe que em dois anos de companhia, jamais me passou pelas mãos um problema destes. Recebo às vezes pedido de pessoas que me telefonam e me dizem: — estou recebendo chamadas maliciosas; trotes em minha casa; ameaças de morte, ameaças de seqüestro. O que devo fazer?

A resposta oficial de todas as companhias telefônicas é a seguinte: — o Sr. se dirija a um delegado ou a um juiz, mediante ordem judicial podemos fazer um segmento de uma chamada maliciosa, um seqüestro etc.. Mas apenas nestas circunstâncias.

Agradeço muito Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço desculpas por ter trazido algum transtorno e me coloco à sua disposição em novas oportunidades.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Presidência agradece a presença do Dr. Garbi e também coloca a Casa à sua disposição.

Para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.



(Lendo):

"Consumou-se em juízo, mais um ato de injustiça. Os proprietários que há 40 anos vivem e trabalham em suas terras no Quinhão 11, no Município de Sertaneja, serão expulsos. Tomará posse legal, de 1.056 alqueires, quem nunca semeou, quem nunca lavrou, quem nunca trabalhou essas terras. Assim, a decisão judicial premiou o ócio, o improdutivo, o interesse especulativo e condenou com pena drástica, o pioneirismo, o trabalho, e o esforço e quem desbravou aquelas terras, para produzir riquezas.

No início da década de 40, as terras do atual Município de Sertaneja, eram cobertas de mata virgem; a Companhia Agrícola Barbosa vendeu parte dessas terras, a homens com disposição de desbravá-las.

Os pioneiros empenharam a maior parte de suas vidas, nesta tarefa; e construíram ali o seu futuro. Contra todas as adversidades, fizeram desta área uma das que apresentam o maior índice de produtividade em todo o País.

Nos 1.056 alqueires agora expropriados legalmente, a soja alcança a produtividade de 100 sacas por alqueire, e o trigo, de 60 sacas.

É gente como esta que conhecemos entre as cerca de 60 famílias que serão expulsas de suas terras, que este País pode depositar confiança. Gente honesta. Compraram as terras, receberam título de propriedade, registraram em cartório e que até aqui eram aceitos e reconhecidos em todas as instituições, inclusive as financeiras oficiais, como o Banco do Brasil.

Esta gente agora é fraudada pela cobiça de interesses que objetivam apenas a especulação imobiliária; o enriquecimento através daquilo que podemos caracterizar como fraude legal.

Sim, meus Senhores, a Justiça decidiu não reconhecer os títulos de propriedade desses agricultores, embora eles tenham adquirido de forma idônea, com fornecimento de escritura e certidões negativas, lavradas em cartório da Comarca de Cornélio Procopio e Jacarezinho, sem nenhum impedimento, que pudesse supor um futuro litígio.

A Justiça decidiu dar ganho de Causa a um Advogado, Pedro Luiz Kresck, que veio conhecer o Paraná e as terras que reivindica, apenas agora e com base em documentos do expólio do Major Guiomar de Assis Moreira, que também nada produziu em vida nessas terras e deixou-as para seus filhos que moravam em Petrópolis.

O Advogado Pedro Kresck fica com as terras por desistência dos herdeiros, que assim pagaram uma conta de honorários advocatícios, de 13 mil cruzeiros. As terras valem 700 milhões de cruzeiros hoje, um bom pagamento, para quem fez apenas percorrer os corredores da Justiça. E neles semeou suas artimanhas, sua influência, seus argumentos fundados no vício legal. A burocracia judicial é terreno fértil, para esse tipo de erva daninha que afunda suas riquezas na convivência; como é fértil a terra de Sertaneja, para quem nela trabalha e rega, o solo com sangue e o suor, a coragem e o despreendimento que caracterizam nossos pioneiros no campo."

O Sr. Valduga — Vossa Excelência permite um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Em seguida, nobre Deputado, com o máximo prazer.

Eu gostaria de inserir neste pronunciamento, o depoimento de um dos proprietários atingidos por essa ação demarcatória, com emissão de posse, decidida pelo Tribunal de Justiça, no dia 4 de fevereiro próximo passado, publicada em um jornal do Paraná, com os seguintes termos:

(Lê)

"Waldomiro de Oliveira, 44 anos, dono de 33 alqueires de soja no quinhão 11, não faz acordo nenhum. Diz ele: "Não posso e não vou pagar mais nenhum tostão pelas minhas

terras. Eu já paguei, está tudo legalizado. Comprei esses 33 alqueires a 80 mil cruzeiros cada, em 1.975, do atual Prefeito do R. Alegre. Trabalhei esse tempo todo na terra e fiz muito sacrifício.

Que direito tem esse tal de Major Guiomar, que nada fez pela terra. Aposto que ele nem pagou nada por ela. Deve ter feito como os homens fortes fazem ainda hoje em dia. Vai lá, demarca, e toma conta das terras."

Continua Waldomiro de Oliveira: "Na idade em que eu estou, não dá mais para sair do nada. E se for para ir trabalhar de bóia-fria, eu prefiro pegar em armas e morrer lutando pela minha terra."

Concedo aparte ao nobre Deputado Rubem Valduga.

O Sr. Valduga — Em primeiro lugar, temos que fazer aqui uma colocação de equilíbrio quando se diz, e quando o nobre Deputado fala que na justiça se consumou uma expropriação.

Acho que, qualquer que seja a decisão da justiça, nós que defendemos a legitimidade de um direito e de uma posição, dentro do quadro constitucional, devemos saber que posições de justiça não se discute.

É lamentável, e eu me associo, com toda consternação, ao pronunciamento do nobre Deputado, porque efetivamente, se consuma uma situação trágica, para os moradores e lavradores do Município de Sertaneja, ao qual temos a honra e o privilégio de poder representar aqui nesta Assembléia.

Entretanto, procuramos já por várias vezes, os órgãos capazes de dirimir ou modificar esse estado trágico. Temos a palavra do Presidente do ITC, que já esteve em Sertaneja, por várias vezes, fazendo levantamento para subsidiar em caso extremo, a desapropriação por parte do Incra.

Estivemos em Umuarama, juntamente com o Deputado Pitelli, e ouvimos do Presidente a promessa de que o INCRA não permitirá que os lavradores sejam despejados. Estamos acompanhando com o máximo interesse o desenrolar e a extinção de todas as vias processuais, para, então, cobrarmos do INCRA uma posição de desapropriação que previamente já foi declarada em Umuarama, na presença de uma grande parte dos proprietários.

Disse Sua Excelência o Dr. Paulo Yokota, Presidente do INCRA, que os lavradores poderiam ficar tranquilos, que o Governo Federal, juntamente com o Governo do Estado não permitiria que os trabalhadores, que os lavradores abandonassem suas terras.

Houve bastante divulgação desse encontro que, como disse, participou aqui também o nosso colega, Deputado Pitelli.

Associo-me à pungente situação e a lamento, entretanto, nós temos meios de evitar que se consuma esta tragédia que o colega também teme.

Obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu prossigo, Sr. Presidente, citando um outro trecho de uma declaração feita pelo agricultor Waldomiro de Oliveira a respeito desse fato: "Para a eventualidade da justiça dar ganho de causa para Crespi, Waldomiro de Oliveira tem uma sugestão: Ao invés de nos tirar daqui, o que não vamos deixar, ou de nos obrigar a pagar uma indenização, que também não vamos pagar, o Governo bem podia pedir para nós comprarmos para o Crespi, uma área bem grande, até de 5 mil alqueires, lá no Nortão do Brasil. Aí eu queria ver ele lá abrir picadas, derrubar quiçás e formar lavouras. E olha que, hoje em dia, tudo é mais fácil. Hoje tem avião, tem rádio, todo o conforto. Quando viemos para cá, em 1.938, viemos à pé, enfrentando malária, febre amarela, tifo e outros tipos de endemias. Um irmão meu, de 15 anos, morreu de febre; tres tios e o avô morreram de tifo. Mais de uma vez tive que fazer 200 quilômetros a pé, tocando porcada,

mais de 30 dias andando. Três vezes meu pai foi à falência por causa da peste suína.

Para fazer os 4 anos primário, eu andava, todo dia, 12 quilômetros, até a escola."

Isso não é de dar risada, nobre Deputado! Mas, realmente é de entristecer a gente!

"Hoje em dia não! Para o Sr. Crespi abrir uma fazenda, lá no Norte, ia ser uma moleza. Mas, quero ver ele topar essa proposta. Ele não quer saber de terras, não quer saber de trabalhar, ele quer dinheiro. É que nem esses grupos de capitalistas, esses "sales naufal" da vida, eles não produzem nada, por isso não acham ruim de vender a terra. Dinheiro e terra para eles, é uma coisa só. Mas, para nós, nós que somos agricultores, vivemos da terra, não temos outra profissão."

Outro depoimento interessantíssimo é do Sr. Idalino Carlos de Oliveira, um mineiro de 56 anos, dono de 3 alqueires, 3 alqueires litigiosos. Também não topa pagar dinheiro algum de indenização.

Ele diz que nem pode pagar. Para ele já foi um sufoco parar o pequeno lote comprado há 34 anos! Dois anos depois que chegou de Minas, onde o pai era pequeno proprietário para ser porcenteiro em lavouras de café, no Norte do Paraná.

"Ainda mais, porque logo depois de comprar os 3 alqueires, com muito sacrifício, foi tomado por uma gripe esquisita, diz ele, que foi me comendo a garganta e acabando com as forças, e que me dava uma canseira danada, não dava nem prá andar daqui ali, de lá prá cá, explica o homem.

A doença que quase lhe acabou com a voz e lhe roubou todas as energias para o trabalho, invalidou o mineiro Idalino e obrigou sua mulher a ir para a roça, sozinha, colher milho, para fazer dinheiro e pagar as prestações da terra, enquanto a mais velha dos 8 filhos cuidava do pai, dos irmãos menores e de uma cunhada que também era doente.

Vidinha miserável, de muita necessidade, de muita economia.

Os filhos cresceram sem escola, mas cresceram, graças a Deus. Não tem nenhum filho estragado — sussurra Idalino, que se cansa só de falar.

"Cresceram, os filhos, e se esparramaram, porque a produção dos 3 alqueires nunca deu para todo o mundo. Falar em pagar as terras de novo, para seu Idalino é brincadeira de mau gosto. Perdê-la, nem se fala."

O que o preocupa é exatamente o desespero e o medo de um despejo que já é eminente. Grande fantasma do despejo tem tirado de seu Idalino, o sono e a tranquilidade. Não querem nem saber se vão ou não ser indenizados, nem o preço se é justo ou injusto. O que eles não querem de jeito nenhum, é sair de suas terras e a grande maioria apesar das promessas do Incra, não se cansa de repetir que pegará em armas para defender a sua propriedade.

(Lendo):

"A legislação vigente para as questões envolvendo a propriedade da terra data de 1.917. É o nosso Código Civil, elaborado e inspirado à época em que a posse e o uso da terra eram tratados com mentalidade feudal. A mesma mentalidade reacionária, que se põe contra o progresso, que inspirou o julgamento do caso do quinhão de Sertaneja.

Mas, constitucionalmente, as terras deveriam ficar com os seus proprietários de fato, burlado pelo direito. A Constituição de 1.946 estabeleceu que a propriedade está condicionada a sua função social. Este princípio foi mantido na Constituição de 1.967, e também, na emenda que a Junta Militar outorgou em 1.969 e que se mantém em vigor.

A prevalecer o texto da Constituição, a propriedade das terras do quinhão 11 deveria ser atribuída aos agricultores que produzem, geram riquezas, exercem uma atividade econômica de relevante valor social. Essa atividade será truncada agora, com consequências traumáticas do ponto de vista eco-

nômico e social em favor de um cidadão que ali não vive, ali não trabalha, ali não tem raízes.

Mas, esses preceitos constitucionais foram esquecidos pelos juízes. Mais identificados com os dispositivos legais de 1.917. Fizeram valer sua interpretação legal que não leva em conta o trabalho, o uso social, para fazer prevalecer o interesse individual, especulativo de um indivíduo.

Assim, a justiça demonstrou a todos os paranaenses qual a sua ótica, quais os interesses que realmente pesam na sua balança. E concluímos que também aqui a justiça é igual para todos, mas para alguns ela é muito mais igual.

Diante desse quadro de injustiça nada fez o Governo para impedir que direitos legítimos fossem burlado por manobras formais. E o Governo tinha todas as condições de intervir.

Em 1.969, quando era Ministro da Agricultura o paranaense Ivo Arzua, foi aprovada uma lei determinando que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, promova a desapropriação de toda área de terras em que haja tensão social em virtude de conflito. Com a desapropriação, eliminando o reivindicante da propriedade, as terras devem ser entregues aos que mantêm a posse e exploram produtivamente a área.

É o caso de Sertaneja. Mas, aqui também se observa que as leis e os instrumentos à disposição deste Governo são utilizados com extrema parcialidade.

O INCRA, respaldado na Constituição e no Estatuto da Terra vem intervindo em todo o País para resolver questões como essa, mas, sempre que a coisa que se coloca em risco seja a do interesse de fortes grupos econômicos, muitos deles estrangeiros, como vem acontecendo na Amazônia.

Os proprietários, os lavradores de Sertaneja queriam do INCRA o mesmo tratamento especial que o órgão vem prestando aos investidores estrangeiros, como no Projeto Jari. Mas, já estão convencidos que neste caso, também, a lei e os instrumentos são mais iguais para alguns.

Tanto o Poder Judiciário quanto o Poder Executivo nada fizeram para impedir que as terras dos lavradores de Sertaneja passassem às mãos de um especulador imobiliário, cessionário de direitos hereditários de um barão de terras, valendo-se de lide judicial iniciada em 1.926 e obtendo, até agora, ganho de causa com base em legislação reacionária e anti-social que contrasta mesmo com os preceitos constitucionais.

No dia 4 de fevereiro, o Tribunal de Justiça, ao julgar a ação demarcatória ajuizada em Jacarezinho, deu emissão de posse ao espólio do falecido major Guiomar Moreira e o novo proprietário legal das terras é o advogado Pedro Crespi que está prestes a promover o despejo, pela violência policial, dos legítimos proprietários e suas famílias, o que poderá resultar em graves conflitos, de consequências imprevisíveis e sangrentas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O caso de Sertaneja é exemplar. Mostra com nitidez como e com que critérios funcionam as instituições neste País. Demonstra que em alguns Tribunais de Justiça, as suas decisões, tendem a acompanhar a política de concentração da propriedade.

Álias, se percorrermos esse período dos últimos 20 anos, veremos que a Justiça fez apenas acompanhar a política que favorece a expulsão de proprietários rurais produtivos, para em seu lugar instalar a grande propriedade.

Para que se tenha uma idéia, Srs., em 1.970 o censo agropecuário indicava que existiam cerca de trezentas mil propriedades rurais no Paraná. Em 1.975 esse número tinha caído para cerca de 230 mil. Um processo rápido, num período de apenas cinco anos, que produziu os graves problemas sociais que hoje temos no campo. Com raras exceções, a Justiça

acompanhou a política de concentração da propriedade.

Este caso deixa claro também, que o Governo só tem interesse real nos casos de conflito pela posse da terra quando dizem respeito a grande interesses do capital monopolista.

Os agricultores de Sertaneja gostariam de ter os mesmos privilégios que o INCRA vem dispensando ao Sr. Daniel Ludwig, dono do Projeto Jari. Gostariam de ter a mesma atenção que o INCRA vem dispensando a Volkswagen hoje proprietária de uma área de 140 mil hectares, no Xingu. Queriam a mesma atitude que o INCRA tem quando se trata dos 400 mil hectares da empresa norte-americana, Kings Ranch.

Uma Comissão Parlamentar de Inquérito de 1.970, concluiu que os estrangeiros, na época, possuíam um total de pelo menos 20 milhões e 234 mil hectares de terra somente nos Estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Maranhão, Pará, Amazonas e território do Amapá, obtidos por meio de compras a antigos proprietários, requisição de terras devolutas aos governos estaduais e por falsificação de documentos, com a utilização sistemática da violência.

O INCRA em nenhum momento deixou de prestar assistência a esses grupos. Em nome do uso social da terra, desapropriou, titulou, legalizou terras. Por que não se dá o mesmo, no caso dos pequenos proprietários de Sertaneja? Porque os agricultores do quinhão 11 não merecem o respeito que merece Daniel Ludwig, a Volkswagen, a Shell, o Kings Ranch e todos os demais grandes proprietários estrangeiros de terras em nosso País?"

O Sr. Rosário Pitelli — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. JOSÉ TAVARES — Antes de conceder o aparte a Vossa Excelência, eu o concedo ao Deputado Kirinus que me havia solicitado anteriormente e depois ao Deputado Renato Bernardi para em seguida a Vossa Excelência.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência aborda aliás, como sempre tem feito nesta Casa, com muita seriedade, assuntos sérios e gravíssimos em nosso Estado. E é realmente, quando nós assistimos nas propagandas de Governo, os números sem fim de títulos distribuídos pelo ITC e pelo INCRA, como propaganda do Governo.

É interessante observar que exatamente aqueles assuntos, aqueles problemas de terra mais conhecidos como são os de Arapoti, como são os de Sertaneja, como são os do Lote Grande de Foz do Iguaçu, Fazenda de Santa Helena, Fazenda Rio Branco em Marechal Cândido Rondon, os índios onde quer que haja, e tantos outros que podíamos aqui citar, que já ocuparam o espaço na imprensa não só paranaense como nacional, não foram atingidos por essas obras beneficentes.

Por outro lado, Vossa Excelência tem razão quando aponta o tratamento que se dá, não só por parte do INCRA como também por parte da Justiça, aos grandes proprietários de terras. Ao grande capital. E neste ponto, a nossa Justiça é débil. É débil e sensível ao capital.

A garantia de posse na terra a quem a faz produzir, é uma das tantas aguadas promessas da Revolução de 64. Está registrada em lei. É o Estatuto da Terra. Mas, ao mesmo tempo que se criou o Estatuto da Terra, se deixou prevalecer as leis, não se reformulou os conceitos de propriedade privada que devem receber, no tocante principalmente à terra, uma reformulação profunda. Porque a terra é tão necessária quanto o ar que respiramos e ninguém pode ser privado. É tão necessário quanto o verde sobre o qual nossos olhos descansam. É tão necessário quanto os rios e a água que todo o homem precisa para a vida.

Se não bastassem as leis de exceção impetradas pelo Governo, para tripudiar os mais elementares direitos da pessoa

humana, democráticos, por que neste tocante uma lei tão justa como o Estatuto da Terra não merece atenção? Não merece o respeito? Por que estes órgãos, INCRA e ITC de repente perdem força diante da justiça comum para resolver problemas tão graves como esses?

E aí temos um exemplo típico, em Arapoti, para complementar o de Sertaneja; lá está um coronel de Exército que não permitiu nem sequer a entrada do pessoal do INCRA aqui do Paraná e até fica um desafio para os Deputados desta Casa, que se faça uma comissão e vamos lá ver se os Deputados da Assembléia Legislativa do Paraná poderão entrar. E lá está a solução inclusive apontada pelo próprio ITC para os colonos de Itaipu, mas no entanto, todos são impotentes, porque este homem usa farda verde e tem um quepe.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência que com muita propriedade tem sido um dos Deputados que mais tem denunciado injustiças praticadas neste Estado contra colonos, pequenos agricultores, e que sobremaneira vem enriquecer este pronunciamento.

Concedo o aparte ao Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Renato Bernardi — Ouço com muita atenção o pronunciamento de Vossa Excelência e lembro-me daquela afirmação de Max Weber quando já há muito tempo atrás dizia que "os campos é que organizam as cidades".

Veja, Vossa Excelência, que esta crise porque passa a população de Sertaneja, a crise porque tem passado milhares e milhares de brasileiros, o fato deste País ter 36 milhões de trabalhadores da terra sem terra, o fato deste País ser um grande continente, mas já loteado nas mãos de grandes grupos e empresas multinacionais, como V. Exc.<sup>a</sup> citou já há pouco, prova claramente que aí quem sabe está o "calcanhar de Aquiles" desta elite privilegiada do País. Porque num País essencialmente agrícola, quando se tanger os camponeses de suas terras e os obrigam a viver fora de sua área cultural aglomerados e amontoados em grandes cidades, explica-se claramente a péssima qualidade de vida das grandes cidades, a delinquência, a criminalidade a desagregação familiar nas grandes cidades e explica claramente como este regime brasileiro, na forma em que está, está levando a Nação toda para o suicídio.

Parabéns a Vossa Excelência por levantar este assunto, pela coragem com que, inclusive, aponta os responsáveis diretos por esta situação aflitiva, e saiba Vossa Excelência que um dia a história ainda há de fazer justiça, aqueles que estão tentando mostrar o caminho, dentro desta deturpação, geral do quadro orgânico, geográfico e econômico do País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa lembra ao orador que resta um minuto para o término de sua oração.

O SR. JOSÉ TAVARES — Obrigado, Sr. Presidente.

Agradeço o aparte de Vossa Excelência, nobre Deputado Renato Bernardi.

O Sr. Rosário Pitelli — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Serei breve, porque sei que o tempo de Vossa Excelência está já a se findar.

Nobre Deputado, toda vez que se levanta a voz em favor do homem que trabalha a terra, ela é digna de louvor e de elogio. Mas, gostaria de dizer a Vossa Excelência, principalmente neste caso de Sertaneja, que nós já vimos lutando com isso há mais de seis meses, quando fizemos um pronunciamento aqui nesta Casa. E que, com o correr do andamento do

processo, ocorrido na cidade de Jacarezinho, nós tivemos atentos em todas as suas fases, levando a nossa preocupação, levando a nossa reivindicação ao Sr. Governador do Estado, desde o primeiro embargo, até o último.

E após os agricultores terem perdido o último embargo, então estivemos reunidos, eu e mais o Deputado Rubem Valduga que também representa a cidade de Sertaneja, estivemos muitas vezes em reunião com o Presidente do INCRA, Dr. Paulo Yokota, com o Ministro, com o Governador Ney Braga, enfim, fizemos todas as gestões.

E eu quero comunicar a Vossa Excelência, que embora a sua palavra hoje seja em favor da Agricultura, o que é muito louvável, ela chega até um pouco tarde, porque o desenrolar de todos os acontecimentos já foram ocorridos.

Recebi ainda na manhã de hoje, o telefonema do advogado das partes dos agricultores, o Bacharel Dr. João Theodoro, que retornou ontem de Brasília, aonde juntamente com a Comissão dos Agricultores, estiveram em audiência com o Dr. Paulo Yokota, trazendo a notícia alviciosa para todos nós e para Vossa Excelência também, tenho a certeza, de que o INCRA já está tratando da desapropriação dessas terras. Fato este que deverá ocorrer dentro de trinta dias.

Independentemente disso, a ação continua. Porque se foi perdida aqui, ainda cabe recurso, o qual já foi feito.

De modo que, para alegria nossa, vamos dizer assim, o problema está definitivamente resolvido. Sertaneja, os seus agricultores, os homens do campo receberam o mesmo tratamento que Vossas Excelências aqui estão dizendo que não tiveram. Talvez seja por desconhecimento de causa, talvez seja pelo motivo de não terem acompanhado desde o início, como fizemos nós, eu pessoalmente e o Deputado Rubem Valduga, todos nós acompanhamos isso. E trago hoje para esta Casa a notícia certa: o INCRA já se declarou: —desapropria a terra, dentro de trinta dias.

Era este o aparte que queria fazer a Vossa Excelência e apresentar os meus agradecimentos pela sua concepção.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Eu é que agradeço a Vossa Excelência, nobre Deputado Rosário Pitelli.

E realmente é de se fazer aqui, o reconhecimento pela luta que Vossa Excelência e o Deputado Valduga, têm desenvolvido a respeito desses fatos. Eu não desconheço isso, absolutamente. Mas, eu também tenho a dizer a Vossa Excelência que segui os mesmos caminhos que Vossa Excelência seguiu, talvez por ser Deputado de Oposição, tive um pouco mais assim de sensibilidade para descobrir que os caminhos estavam sendo desvirtuados, no que diz respeito ao direito e aos destinos das propriedades dessas pessoas que hoje estão lá, em estado desesperador.

Agora, o problema do INCRA desapropriar, eu espero e acredito até nas palavras de Vossa Excelência mas, espero que realmente o INCRA — e não só o INCRA, o Governo do Estado, efetive o que eles vêm afirmando publicamente. Porque de palavras, eu sei que Vossa Excelência está cheio e este Deputado também está cheio. Agora o que nós não podemos é ficar aguardando que o INCRA vá fazer isso, vá fazer aquilo, porque os agricultores, eles estão desesperados. Porque judicialmente, o que resta para eles? Um recurso extraordinário, quem é que sabe se esse recurso extraordinário, será positivo? Por que os exemplos de justiça eles já tiveram, nobre Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“SAÚDE PARA TODOS.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, após Medellín e, em consequência de Puebla, tem manifestado, com toda clareza, a opção preferencial pelos pobres e oprimidos.

A sociedade industrial, consumista e absorvente, tem tornado, cada vez mais difícil a vida do cidadão comum.

Todo dia vai se tornando mais cheio de obstáculos e de impecilhos, o acesso aos bens fundamentais.

Habitação, alimentação, trabalho, educação, lazer e saúde são, entre outros, bens sociais aos quais todos deveriam ter acesso fácil e franco. Isto não acontece.

Já se transformou em lugar comum a análise da urbanização exagerada e acelerada.

Um povo de tendência urbanizante em um País essencialmente agrícola. Um País continental com terríveis problemas de terra. Uma Nação com 36 milhões de trabalhadores da terra sem terra. Um continente inteiro de terras férteis, loteado por grupos imensos, muitos multinacionais, a usar incentivos fiscais despojando índios e camponeses do acesso à terra.

Cidades inchadas. Multidões marginalizadas. Delinquência, miséria, desagregação familiar e tantas outras mazelas.

A cada ano, a CNBB, durante a Campanha da Fraternidade, conclama o povo e autoridades a refletir.

Ontem, era meditar-se sobre a fome no “Repartir o Pão”, sobre a solidariedade no “Onde está seu irmão”, sobre o destino do tanguinho nela sorte da estrutura no “Para Onde Vais”. Cada ano, quarenta dias de reflexão a indicar o inconformismo da Igreja, optando os pobres e oprimidos, exigindo um novo pacto social.

Neste ano, a temática da Campanha da Fraternidade nos chama a refletir sobre o tema “Saúde para Todos”.

A saúde é um bem essencial ao qual todo o cidadão deve ter acesso. Este é um ponto fundamental.

O regime em que vivemos, consumista e individualista, tem negado este princípio, primeiro no plano teórico e posteriormente na prática administrativa.

Caberia a indagação: saúde seria um tema a ser tratado por leigos? Ou apenas os profissionais da saúde deveriam dele se ocupar?

A saúde precisa ser enfocada em dois planos.

O nível técnico constitui área restrita aos profissionais da saúde. Já em nível político e comunitário é um assunto que diz, diretamente, respeito a toda comunidade.

A sociedade, política como é essencialmente, deve ter por ele o mais apurado cuidado.

Há um indicador, universalmente aceito, para a aferição do estado de saúde de um povo: a taxa de mortalidade infantil.

Em 1.918, no Brasil, essa taxa estava na casa de 100 óbitos infantis em 1.000 nascimentos. A taxa reduziu-se para 62 por mil no ano de 1.962, voltando ao índice de 90 por mil no ano de 1.976.

O autoritarismo, privilegiando a elite e oprimindo as classes populares não foi implantado em vão!

Para uma população de 100 milhões de brasileiros foram levantados 12 milhões de portadores de esquistossomose, conhecida vulgarmente por “barriga d’água; 10 milhões de chagásios; 2 milhões de tuberculosos, mal que leva para a eternidade um brasileiro a cada 30 minutos; 40 milhões de desassistidos de qualquer tipo de assistência médica, a não ser a tradicional medicina popular do chá e da simpatia.

No nosso Paraná, onde tantas vezes a Secretaria de Saúde e Bem-Estar Social foi transformada em máquina eleitoral e promocional de seu titular, como agora o é, mais de 50% de sua população infantil ainda não foi imunizada contra

as enfermidades mais comecinhas como: pólio, sarampo, tétano, coqueluche.

Não se diga que hoje haja qualquer tipo de resistência cultural, como ocorreu com Osvaldo Cruz no início do século. Hoje o povo quer saúde e se dispõe a lutar por ela.

Nas áreas metropolitanas de Londrina e Maringá, o índice de mortalidade infantil está na casa dos 50 por mil. Causa mortis: diarreias infantis, sarampo e fome.

O precário nível de saúde tem uma causa imediata que é a desigual distribuição de renda e também de saúde.

Existem determinantes objetivas do nível de saúde de uma população. A primeira delas diz respeito diretamente à ação do Estado, pois é o sistema de serviço de saúde e de saneamento. A segunda, por sua vez, envolve aspectos mais amplos e políticos, desde que depende, fundamentalmente das estruturas vigentes: são as condições de vida e de trabalho da população.

O saneamento básico das populações passou a ser um investimento capitalista, eis que a super-estrutura burocrática criada a partir de grandes empresas de saneamento tem encarado de forma alarmante os serviços de saneamento. Trezentos municípios tem o Paraná e mais de cem ainda não têm seus serviços de fornecimento de água tratada estendido à toda população. Quantos milhares de lares nos municípios ditos servidos que ainda buscam água de forma rudimentar? Até que ponto a centralização dos serviços foi nociva?

Tal centralização levou a um encarecimento dos serviços. Mordomia e burocratização são irmãos gêmeos, gerados pela mãe tecnoburocracia. Se não, como explicar as altas constantes dos serviços básicos?

Apenas 17 por cento dos paranaenses são atendidos por uma coleta de esgotamento sanitário. Que mais dizer?

O sistema de saúde tem baixa cobertura. Quarenta milhões de brasileiros não têm qualquer tipo de assistência e a hidra do INAMPS multiplica suas cabeças, burocratizando e infernando a vida da família do trabalhador brasileiro.

Os grandes centros urbanos incham e é normal a existência de bairros carentes a 20 e 30 Km do centro urbano. Justamente no miolo dos centros urbanos está a estrutura de atendimento do Serviço de Saúde. Resultado: dificuldades de transporte de massa, filas enormes, afastamento do povo de sua área cultural específica.

A qualidade do atendimento deste serviço somente pode ser qualificada como de má qualidade."

E para exemplo, Srs. Deputados, aqui estamos com o Relatório Anual das Atividades da SANEPAR, para o ano de 1.980.

Foram impressos mil e 500 exemplares desse Relatório, em policromia, na maior exuberância, mostrando que o povo do Paraná, todo ele, está assistido por saneamento básico.

Veja bem, Srs. Presidente, esses mil e 500 exemplares custaram, à saúde do povo, um milhão e 700 mil cruzeiros, representando o preço unitário de mil, 133 cruzeiros o exemplar!

Daí se justifica a alta exagerada de 80 por cento nas tarifas da SANEPAR, no tocante à água!

Daí se justifica a alta de 120 por cento da tarifas de esgotamento sanitário, nas poucas casas e lares, em que ele existe!

(Continua lendo):

"Mesmo sedo oficial, o Sistema de Saúde é presidido pelo princípio do lucro e do resultado contábil. Corremos, inclusive, o risco da multinacionalização do setor de atendimento imediato, pela entrada das empresas de saúde do atendimento.

Não se esgota aí a nossa reflexão. As condições de vida e as condições de trabalho do povo conduzem seus filhos a uma péssima qualidade de saúde. Insalubre é a moradia da

maioria de nossos trabalhadores, como insalubre também o é o ambiente de trabalho.

Não bastassem estas condições de vida e de trabalho, ainda mais lamentável é a relação de trabalho entre o capitalista e o trabalhador. Onde se viu uma distribuição tão disparatada e injusta da renda nacional? Se não vejamos:

De 1.960 a 1.977 a participação dos 50% mais pobres da população na renda nacional caiu de 17, 4 por cento para 13,1 por cento enquanto a participação do 1 por cento mais privilegiado subiu de 12 para 18 por cento.

Assim, para a dieta mínima do trabalhador, em 1.970 eram necessárias 103 horas de trabalho ou treze dias de trabalho, já em 1.976, para a mesma dieta o trabalhador dispendia o equivalente a 158 horas de trabalho ou 19,5 dias de labor incessante.

Haverá solução? Precisamos refletir em cima de algumas alternativas de ordem política.

Por que não municipalizar os serviços de saúde, é a primeira indagação que se faz, já que a saúde toca tão de perto a comunidade que ela teria condições de com menor preço dar um atendimento mais justo e mais humano.

A extensão da cobertura, para que a saúde seja realmente democratizada é outra imposição de justiça.

Perseguir a melhoria da qualidade do atendimento buscando-se paralelamente um rebaixamento dos custos deve ser outra meta que apenas a Sociedade Civil, preparada e organizada, pode encontrar como solução, na sabedoria que a democracia oferece a quem nela crê.

Os recursos, à disposição dos municípios, bem mostra a fragilidade fiscal da célula básica da Federação. Enquanto nos Estados Unidos da América do Norte, o município fica com 41 por cento dos tributos aí coletados, na França com 36 e na Grã-Bretanha com 38 por cento, no Brasil os municípios ficam com 6 por cento e com o chapéu na mão. Seria por acaso a constituição de uma Secretaria Especial de apoio aos municípios?

A questão de saúde é, acima de tudo, uma questão política. A saúde do povo está umbilicalmente ligada à democratização do processo social de uma Nação.

Os Estados Unidos, Suécia, Holanda, Suíça, França, Inglaterra e vários outros países que abominam o autoritarismo têm índices inferiores a 10 óbitos por mil nascimentos, enquanto o Brasil, no período autoritário de 64, aumentou seus índices de mortalidade.

A CNBB nos convida à reflexão. Reflitamos, pois.

A saúde do povo deve ser a suprema lei.

459 laboratórios fabricam 25 mil títulos diferentes de remédios. O povo precisa de 198 medicamentos básicos. Por que 25 mil títulos, encaminhando um aumento de até 5.000 por cento do preço que poderia ser oferecido às camadas populares? 69 laboratórios apenas dos 459 são multinacionais, mas são responsáveis por 84 por cento de toda medicamentação comercializada no país, paraíso do capital explorador externo.

A saúde é também uma peça emperrada no atual sistema.

A Sociedade Civil propugna um novo pacto social. Não suporta mais a colcha de retalhos, remendada e estropiada, que é a atual constituição imposta pela Junta Militar de 1.968.

Deseja a luta pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte que gere uma Constituição livre e soberana, representando mesmo a vontade nacional.

A saúde pública deve ser um capítulo totalmente reformulado no aspecto social que o povo há de elaborar para substituir o atual que o Cardeal Aloísio Lorscheider chamou, com sua autoridade de que presidiu a CNBB e o CELAM, de injusto e pecaminoso.

Aí, então, a saúde do povo será suprema lei."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa consulta à Liderança do Partido Popular se deseja fazer uso do seu horário, tendo declinado, consulto à Liderança do PTB. (Declina)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 56 Srs. Deputados.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Solicito de Vossa Excelência a chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) A Mesa defere e será procedida a chamada nominal.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Procede à chamada nominal)

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) Responderam a chamada nominal 37 Srs. Deputados.

Há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado João Mansur, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei Complementar de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

EM VOTAÇÃO — 1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 177/80, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que declara de utilidade pública o “Grupo Espírita Anna Franco”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174/80, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a “Fundação Educacional de Marechal Cândido Rondon — FUNDEMAR”, com sede e foro na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 161/80, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS BORGES TEIXEIRA, que declara de utilidade pública a “Fundação Nossa Senhora do Rocio”, com sede e foro em Curitiba. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 161/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “Fundação Nossa Senhora do Rocio”, com sede em Curitiba.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 1.980.

a) José Domingos Scarpelini.

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação Nossa Senhora do Rocio, com sede na Rua Dr. Murici, 918, em Curitiba, vem prestando, desde o seu nascimento, em 1.973, inestimáveis serviços assistenciais, principalmente às famílias mais necessitadas. Paralelamente, promove, através da Rádio Clube Paranaense, programas visando a formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, dentro do espírito democrático e de formação cristã da nacionalidade brasileira.

No ano passado, por exemplo, entre outras atividades, a Fundação Nossa Senhora do Rocio fez a entrega de cadeiras de rodas a deficientes físicos, de medicamentos, alimentos e agasalhos a pessoas carentes, bem como propiciou empregos diversos a mais de duzentas pessoas, localizou e entregou documentos perdidos. Através da Rádio Clube Paranaense, a Fundação Nossa Senhora do Rocio presta um inestimável serviço de utilidade pública, auxiliando as pessoas, da Capital e do Interior do Estado ou de outras unidades da Federação, na solução de problemas dos mais diversos, atendendo, também, creches, asilos, orfanatos, hospitais e estabelecimentos de ensino.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 161/80

De autoria do ilustre Deputado José Domingos Borges Teixeira, o presente Projeto de Lei n.º 161/80, tem por finalidade declarar de utilidade pública a “FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA DO ROCIO” com sede em Curitiba.

Da análise do processo, pela justificativa apresentada pelo seu autor e pela documentação anexada ao mesmo, temos que a entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual reguladora da matéria.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1.980.

aa) Augusto Carneiro, Presidente;

José Tavares, Relator.

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 64/80, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT E OUTROS, que altera o Regimento Interno da Assembléia Legislativa. (Antecipando para quinta-feira, a sessão ordinária de sexta-feira). Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., na forma do SUBSTITUTIVO GERAL, por maioria.

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
RESOLVE:

Art. 1.º — O artigo 73 do Regimento Interno fica acrescido de mais um parágrafo com a seguinte redação:

§ 2.º — A sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para após o término da sessão ordinária de quinta-feira, mediante convocação do Presidente.”

Art. 2.º — No § 3.º do artigo 194 do Regimento Interno, onde se lê: “até sete faltas por mês”, leia-se “até três faltas por mês”.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 1.980.

aa) Palácios, Aguinaldo Pereira Lima, Luiz Alberto Oliveira, Adalberto Daros, João Mansur, Erondy Silvério, Gilberto Carvalho, Egon Pudell, Nelson Buffara, Lázaro Dumont, Gabriel Manoel, Renato Bernardi, Ezequias Losso, Fuad Nacli, Tércio Albuquerque, Antônio Facci, Valduga e uma assinatura ilegível.



COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/80

PARECER

O projeto visa permitir, quando for necessário e por iniciativa do Presidente, a antecipação da sessão atualmente realizada às sextas-feiras no período matinal, para às quintas-feiras, logo após o termo da sessão ordinária.

Fundamenta-se a medida em propósitos racionalizadores dos trabalhos da Assembléia que, dessa forma, poderá aplicar-se a outros afazeres próprios da representação política, sem prejuízo da atuação em Plenário.

O parecer é favorável, na forma do substitutivo anexo que ajusta a matéria ao melhor estilo legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1981.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente.

AIRTON CORDEIRO, Relator.

EMENDA SUBSTITUTIVA

AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 64/80

Art. 1.º — O Art. 73, do Regimento Interno passa a ter a redação seguinte:

“Art. 73 — As sessões ordinárias terão início às 14,30 horas e durarão, no máximo, 4,30 horas.

§ 1.º — O Presidente poderá, excepcionalmente, convocar sessões ordinárias para o período matinal.

§ 2.º — A sessão ordinária de sexta-feira poderá ser antecipada para quinta-feira, após a respectiva sessão ordinária, mediante convocação do Presidente”.

Art. 2.º — O § 3.º, do Art. 194 do Regimento Interno, passa a ter a seguinte redação:

§ 3.º — A Mesa poderá mandar abonar até três (03) faltas por mês do Deputado que justifique a sua ausência desde que esta não tenha contribuído para o adiamento de votação”.

Art. 3.º — Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26 de novembro de 1980.

(aa) AUGUSTO CARNEIRO, Presidente;

AIRTON CORDEIRO, Relator.

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, com o apoio dos Srs. Deputados Gabriel Sampaio, Ezequias Losso e Deni Schwartz, no seguinte teor: (Lê).

“Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, à retirada por 15 (quinze) sessões, do Projeto de Resolução n.º 64/80, de autoria do Deputado Lázaro Dumont e outros.

Sala das Sessões, em 7 de abril de 1981.

Em votação o requerimento. — Aprovado.

Fica retirado portanto, por quinze sessões o Projeto de Resolução n.º 64/80.

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 72/80, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, com apoio nos termos constitucionais e que altera o parágrafo 2.º, do artigo 42 da Constituição Estadual, modificado pela Emenda à Constituinte n.º 6, suprimidos os seus incisos, passando a vigorar conforme específica. (Eleição de Governador e Vice-Governador). Parecer FAVORÁVEL da Comissão de Reforma à Constituição, com EMENDA SUBSTITUTIVA, por maioria.

1a. DISCUSSÃO — da Proposição n.º 72/80, de autoria do Deputado GABRIEL SAMPAIO, com apoio nos termos constitucionais e que altera o parágrafo 2.º, do artigo 42 da Constituição Estadual, modificado pela Emenda à Constituição

n.º 6, suprimidos os seus incisos, passando a vigorar conforme específica (Eleição de Governador e Vice-Governador). Parecer FAVORÁVEL da Comissão de Reforma à Constituição, com EMENDA SUBSTITUTIVA, por maioria. —

PROPOSIÇÃO DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO N.º 72/80

O parágrafo 2.º, do artigo 42 da Constituição Estadual, modificado pela Emenda à Constituição n.º 6, de 19 de abril de 1978, suprimidos os seus incisos, passa a vigorar com a seguinte redação:

“ Art. 42 . . .

§ 2.º — A eleição do Governador e do Vice-Governador do Estado, para mandato de quatro anos, far-se-á por sufrágio universal e voto direto e secreto; o candidato a Vice-Governador considerar-se-á eleito em virtude da eleição do candidato a Governador com ele registrado”.

Sala das Sessões, em 24 de novembro de 1980.

(a) GABRIEL SAMPAIO.

Apoioamento:

TÉRCIO ALBUQUERQUE, DAVID CHERIEGATE, NELSON BUFFARA, WALDYR PUGLIESI, DEL CIEL, JURANDIR MESSIAS, ANTÔNIO FACCI, CARLOS ZANLORENZI, ADALBERTO DAROS, JOÃO MANSUR, FIORI LUIZ, JOSÉ DOMINGOS, PAULO CAMARGO, GABRIEL MANOEL, MÁRIO CELSO, EDILSON ALENCAR, PALÁCIO, RENATO BERNARDI, RENATO BUENO, AIRTON CORDEIRO, DENI SCHWARTZ, PINTO DIAS, NESTOR BAPTISTA, JOSÉ TAVARES, GERNOTE KIRINUS, DÁCIO LEONEL, TADEU LÚCIO MACHADO, TRAJANO BASTOS, NELTON FRIEDRICH, CYRO MARTINS, FRANCISCO ESCORSIN, LUIZ ALBERTO OLIVEIRA, ROMERO FILHO, WALDYR PUGLIESI, LÁZARO DUMONT, JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI, QUIELSE CRISÓSTOMO, EGON PUDELL, GILBERTO AGIBERT FILHO, EZEQUIAS LOSO, FIDELCINO TOLENTINO, ERONDY SILVÉRIO, LINEU TURRA, GILBERTO CARVALHO, DARCY DEITOS, LEÔNIDAS CHAVES, FUAD NACLI, JOÃO ELÍSIO, ROSÁRIO PITELLI, WERNER WANDERER e uma assinatura ilegível.

JUSTIFICATIVA:

Trata-se da adaptação do atual texto do § 2.º, do artigo 13 da Constituição Federal, aqui reproduzido integralmente, em homenagem a todos os membros do Congresso Nacional, que o aprovou por unanimidade. —

E M E N D A N.º 1  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
PROPOSIÇÃO N.º 72/80

Art. — O art. 147, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 147 — Cessada a investidura no cargo de Governador, quem o tiver exercido, em caráter permanente, fará jus, à título de representação, a uma remuneração mensal e vitalícia igual aos vencimentos do cargo de desembargador”.

Sala das Comissões, em

(a) GABRIEL SAMPAIO.

JUSTIFICATIVA:

Tanto quanto a proposta de Emenda Constitucional, objeto de criação da presente Comissão, a emenda que ora apresentamos, tem por escopo adaptar o texto estadual à da Magna Carta.

Em especial, esta iniciativa suprime da redação do atual

art. 147, as expressões “desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos”, da mesma forma como a Emenda n.º 11, de 13 de outubro de 1978, retirou do art. 184, da Carta Federal.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO  
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
(PROPOSIÇÃO N.º 72/80)

PARECER

O processado contém duas propostas de emenda à Constituição, encabeçadas pelo nobre Deputado GABRIEL SAMPAIO, e que objetivam adaptar dois dispositivos da Constituição do Estado à Constituição Federal.

A primeira decorre da restauração do sistema de eleição do Governador e do Vice-Governador pelo sufrágio direto e secreto, procedida pelo Congresso através da Emenda n.º 15, de 19 de novembro de 1.980, à Carta Federal.

A segunda, igualmente, é uma decorrência da Emenda n.º 11, de 13 de outubro de 1.978, ao texto Magno, que conferiu nova redação ao seu Art. 184, respeitante à representação atribuída a ex-governadores, no sentido de extirpar do referido texto a expressão “desde que não tenha sofrido suspensão dos direitos políticos”.

Ambas, são absolutamente fiéis à redação da correspondente norma constitucional superior e a adaptação não só é conveniente como oportuna. Vale salientar, ainda, que em face do disposto no Art. 200, da Magna Carta, todas as regras ali contidas estão automaticamente incorporadas à Constituição do Estado.

De sorte que o parecer é favorável, por estar em consonância com a Constituição e o Regimento Interno, na forma do substitutivo anexo redigido para englobar numa só proposta as duas iniciativas.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 23 de março de 1981.

(aa) LUIZ GABRIEL SAMPAIO, Presidente;  
AIRTON CORDEIRO, Relator.

Em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, para encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao nobre Deputado.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente.

Este projeto de Emenda Constitucional que deverá sofrer uma votação especial, é de todo procedente. Nós, já de início, demos apoio a este projeto de lei porque seria difícil falar-se em democracia, sem extirpar do artigo 147 da Constituição do Estado, a expressão correspondente, e relativa aos atingidos pelas leis excepcionais, que vigiram e algumas ainda vigem neste País, a partir de 1964 e este, instituto, especialmente inserido na emenda constitucional, da Junta Militar investida de poderes excepcionais e extraordinários, em 1969. Por esta razão, Sr. Presidente, é necessário aprovar-se este instituto trazido pelo eminente Deputado Luiz Gabriel Sampaio. E por esta razão, Sr. Presidente, tendo já sido debatido, a nível de comissão técnica, não poderíamos deixar de louvar a atitude do eminente companheiro, da bancada situacionista, nosso adversário partidário, mas que trouxe à apreciação desta Assembléia uma matéria de mais alta relevância, para que o Poder Legislativo, possa, atribuindo-se das funções inerentes à legislação às modificações de legislação, e neste caso, investido de Poder Constituinte, para se reintegrar nos seus “nulos” adequado e propor que se repare um erro que a Revolução procurou criar e prolongou, durante longos 13 anos, da existência do AI-5.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está em votação. Srs. Deputados que estiverem de acordo, conservem-se como estão. — Aprovado, por unanimidade.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Professor João Xavier Vianna, ex-Deputado Estadual. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jurandir Messias, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Isaac de Andrade Modesto, ocorrido no Município de Mamborê. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Josefa A. Passos. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente, solicitando regime de urgência para o Projeto de Resolução n.º 112/79. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao General Adalberto Massa, Delegado Regional do Trabalho no Estado do Paraná, pela passagem do nono ano frente à direção daquela Delegacia. — Aprovado.

O SR. RENATO BERNARDI — (Pela ordem) — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e procederá a verificação de votação.

5 Srs. Deputados o aprovam;

5 Srs. Deputados o rejeitam.

Não há “quorum” para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 161 e 177/80 e da Proposição n.º 72/80.

Levanta-se a sessão.

## FEPPA

## TERMO DE RECEBIMENTO DE CHAPAS

Por determinação do Sr. Presidente do FUNDO ESTADUAL DE PREVIDÊNCIA DO PARLAMENTAR — FEPPA, os abaixo-assinados reuniram-se no dia 1.º de abril de 1.981, nas dependências do FEPPA, localizadas no Prédio da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de receber as chapas que concorrerão às eleições para Presidente, Conselheiros e Suplentes, a realizar-se no próximo dia quinze de abril.

Às dezessete horas, como preceitua o Artigo 40 do Regulamento da Lei 6639/74, foi encerrado o prazo para recebimento das chapas, tendo sido apresentada apenas uma chapa, em requerimentos assinados por quarenta e cinco (45) senhores associados. A referida chapa tem como candidatos os seguintes senhores associados: Para PRESIDENTE: ANTÔNIO FACCI. Para Conselheiro

PAULO AFONSO ALVES DE CAMARGO  
FLORIVALDO PALÁCIOS  
GILBERTO RESENDE DE CARVALHO

Para Suplente Conselheiro  
WERNER WANDERER  
TÉRCIO ALVES ALBUQUERQUE  
TRAJANO BASTOS DE OLIVEIRA

Às dezessete horas e dez minutos, foi lavrado o presente termo, assinado pelos funcionários designados para recebimento das chapas e pelos associados presentes, que também testemunharam o ato.

Em Curitiba, 01 de abril de 1.981.

(aa) ITHOR BARANHUK

RAUL ZIPPERER

GLACY BELICH

Testemunhas:

Dep. GILBERTO CARVALHO

Dep. WERNER WANDERER

Dep. TADEU LÚCIO MACHADO

## ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA  
9ª LEGISLATURA  
ATA DE INSTALAÇÃO

Aos sete dias do mês de abril de um mil novecentos e oitenta e um, com a presença dos Srs. Deputados Florivaldo Palácios, José Domingos, Cyro Martins, David Cheriegate, Mário Celso, Tadeu Lúcio Machado e Edilson Alencar, reuniu-se a Comissão de Obras públicas, Transportes e Comunicação, na Sala de Reuniões, com o fim específico de proceder a instalação e respectiva eleição do Presidente e Vice-Presidente. Assumiu a presidência na forma regimental, de acordo com o Art. 40 do Regimento Interno, o Sr. Deputado Cyro Martins. Constatada a existência de número legal, o Sr. Presidente declarou instalada a Comissão. O Sr. Deputado Florivaldo Palácios pediu a palavra para indicar os srs. Deputados Cyro Martins para ocupar a Presidência e Tadeu Lúcio Machado para Vice-Presidente. A indicação foi aprovada por unanimidade. Assumindo o cargo para o qual foi eleito o Sr. Deputado Cyro Martins agradeceu aos membros da Comissão a confiança neles depositada. O Sr.

Presidente após determinar que as reuniões serão realizadas às terças-feiras, após a Sessão Plenária, indicou a funcionária Diva do Valle Cavalcanti como Secretária da referida Comissão. Nada Mais havendo a tratar o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais Membros e por mim, Diva do Valle Cavalcanti, Secretária da Comissão.

(aa) CYRO MARTINS — Presidente

TADEU LÚCIO MACHADO — Vice-Presidente  
DIVA DO VALLE CAVALCANTI — Secretária

## ATOS DA COMISSÃO EXECUTIVA

DECRETO LEGISLATIVO N.º 120/81

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E:

exonerar, SILVIO NEVES DA ROCHA, do cargo em Comissão, símbolo 3-C, de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini.

(Protoc. n.º 1512)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 121/81

I — prover, LUCIMAR NUNES DA SILVA, para exercer o cargo de Assessor Parlamentar, com lotação no Gabinete do Deputado José Domingos Scarpelini, símbolo 3-C; e,

II — autorizar o funcionário acima mencionado, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos.

(Protoc. n.º 1512)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 07.04.81

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário  
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário.

DECRETO LEGISLATIVO N.º 102/81

autorizar, CLEMAR NANTES DE BARROS, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço extraordinário, na conformidade do disposto pelo Art. 176, inciso I, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento (50%) de seus vencimentos, no período compreendido entre 10 de março a 31 de dezembro de 1.981, junto ao Gabinete do Deputado José Tadeu Lúcio Machado, respeitando o teto estabelecido pelo Decreto Legislativo n.º 082/81.

(Protoc. n.º 1048)

DECRETO LEGISLATIVO N.º 122/81

designar, EDOUARD ELIAS THOMÉ, matrícula n.º 024, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da 4.ª Secretaria, percebendo as vantagens inerentes.

(Protoc. n.º 1578)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 08.04.81

aa) JOÃO MANSUR — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário  
NILSO ROMEU SGUAREZI — 2.º Secretário.

**ATOS DO 1.º SECRETÁRIO**

PORTARIA N.º 270/81

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

transferir para época oportuna as férias concedidas, pela Portaria n.º 087/80, ao funcionário PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS, matrícula n.º 403, ocupante do cargo de Assistente Legislativo A, do Grupo Ocupacional Universitário, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia.

Gabinete da 1.ª Secretaria, em 06.04.81

a) AUGUSTO CARNEIRO — 1.º Secretário.

**ATOS DO DIRETOR GERAL**

PORTARIA N.º 271/81

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

**R E S O L V E:**

designar, GILMAR LIMA AMARAL, contratado deste Poder, para prestar serviços como datilógrafo, no Gabinete do Deputado Nestor Baptista, a partir de 06 de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2120)

PORTARIA N.º 272/81

designar, SÉRES SALETE CORSO, contratada deste Poder, para prestar serviços como Datilógrafo, no Gabinete do Deputado Túlio Luiz Zanchet, a partir de 06 de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2175)

Gabinete da Diretoria Geral, em 06.04.81

a) PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS  
DIRETOR GERAL

PORTARIA N.º 273/81

designar, ERNESTO PERACETTA, matrícula n.º 548, ocupante do cargo de Oficial Legislativo B, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer as funções de Motorista do Gabinete da 2.ª Secretaria, de acordo com o Art. 9.º § 2.º, item IV, do Decreto Legislativo n.º 187/80, a partir de 1.º de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2138)

PORTARIA N.º 274/81

conceder ao funcionário JAIR CORDEIRO FERREIRA ALVES, matrícula n.º 350, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, quinze (15) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 02 de abril de 1.981.

(Protoc. n.º 2258)

PORTARIA N.º 275/81

I — mandar contar, para todos os efeitos legais, em favor de EUMENIA DE OLIVEIRA, matrícula n.º 469, ocupante do cargo de Oficial Legislativo A, do Grupo Ocupacional de Auxiliar de Administração, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, nos termos do Art. 150, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1.970, com nova redação dada pelo Art. 2.º, da Lei n.º 6742, de 03 de dezembro de 1.975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias de 1.980, que deixou de gozar;

II — mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao seu acervo de serviço público, nos termos do Art. 248, da citada Lei n.º 6174, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o 6.º quinquênio, compreendido entre 28 de outubro de 1.976 e 28 de dezembro de 1.980, antecipado em razão da incorporação referente ao 5.º quinquênio e das férias dos anos de 1.977 e 1.978, contadas em dobro; e,

III — conceder o adicional de mais cinco por cento (5%) sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei n.º 6174, a partir de 28 de dezembro de 1980, data em que completou trinta (30) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de cinco por cento (5%).

(Protoc. n.º 786).

Gabinete da Diretoria Geral, em 08/04/81

PAULO DE TARSO DE OLIVEIRA ABBAS

DIRETOR GERAL